



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
SETOR DE FILOLOGIA ROMÂNICA**

**ROSE MARY SOUZA DE SOUZA**

**REVOLTA DAS INTERNAS NO RECOLHIMENTO DO SANTO  
NOME DE JESUS: UMA EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA**

Salvador  
2019.2

**ROSE MARY SOUZA DE SOUZA**

**REVOLTA DAS INTERNAS NO RECOLHIMENTO DO SANTO  
NOME DE JESUS: UMA EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
em Letras – Língua Estrangeira Moderna do  
Instituto de Letras da Universidade Federal da  
Bahia, como requisito para obtenção do grau  
de Bacharel em Língua Estrangeira Moderna.

Profa. Dra. Norma Suely da Silva Pereira

Salvador  
2019.2

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer e dedicar esta monografia:

A Deus, pela sua presença na minha vida.

À minha família, que entendeu minha ausência em todos os momentos em que poderíamos estar juntos.

Às minhas filhas Tatiana e Vanessa e as netas, pelo apoio e compreensão nos momentos de reclusão durante todo o curso e na construção desse trabalho.

À Profa. Dra. Norma Suely da Silva Pereira, um agradecimento para lá de especial, por ter sido minha orientadora na iniciação científica e por me acompanhar nessa trajetória todas as vezes em que precisei de sua ajuda. Seu conhecimento, dedicação, generosidade, seriedade e paciência foram fundamentais para meu desenvolvimento e para minha formação.

À Sra. Adriana Bastos Santos, do Centro de Memória Jorge Calmon, Santa Casa de Misericórdia da Bahia, pela eficiência e atenção no atendimento às minhas solicitações.

Aos amigos que a Universidade me deu, Bruno Ferreira, Carla Carolina Querino, Alan Lopes, Jardel Rodrigues e Janete Sarquis, pela amizade e carinho, pelas resenhas, pelos momentos de descontração, pela ajuda, pelas dúvidas resolvidas, pelo apoio e, principalmente, por compartilharem momentos incríveis comigo.

À Coordenação Lugares de Memória – Memorial UFBA, pela atenção e auxílio na busca por referências bibliográficas.

Enfim, gratidão a todos que de alguma forma me ajudaram a realizar esse trabalho.

## RESUMO

Na perspectiva dos estudos paleográficos, filológicos e linguísticos, a presente monografia busca divulgar a edição de uma *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, escrita na Bahia, datada do século XIX. O documento manuscrito pertence ao acervo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, alocado na Seção de Arquivo Colonial e Provincial sob nº 5285 e mostra aspectos do contexto histórico-social da época, bem como informações a respeito da realidade vivida no recolhimento. Desde o período colonial, o recolhimento feminino era requerido às autoridades da Coroa Portuguesa explicando os motivos das solicitações e tinha por objetivo, além de educar moças brancas oriundas de famílias abastadas, acolher órfãs pobres, resguardar a dignidade de donzelas e viúvas de famílias nobres, bem como enclausurar e punir as mulheres que apresentavam comportamentos considerados impróprios no período. O documento selecionado auxilia no conhecimento das práticas culturais da época, entre as quais aquelas que mantinham as mulheres enclausuradas sob forte vigilância a pedido dos pais e dos maridos. No presente estudo, a pesquisa de base filológica através da realização de uma edição semidiplomática, possibilitou uma análise sistemática da fonte manuscrita e de seu contexto ampliando o conhecimento acerca da escrita, dos costumes e de outros aspectos relativos à instituições assistenciais e sociedade da época, observando, em especial, as relações de poder que incidiam sobre as mulheres, e o adequado comportamento exigido pelos responsáveis pela administração do recolhimento, o que ocasionou um motim denominado “Revolta das Recolhidas”. Complementa a edição, um breve glossário, que objetiva auxiliar tanto a pesquisadores e estudiosos no assunto, quanto ao público em geral no conhecimento da linguagem da época.

Palavras-chave: Edição semidiplomática. Recolhimento feminino. Práticas culturais. Revolta das Recolhidas.

## **ABSTRACT**

From the perspective of paleographic, philological and linguistic studies, this monograph seeks to disseminate the edition of a Letter denouncing the inmates of the Gathering of the Holy Name of Jesus, written in Bahia, dated from the 19th century. The manuscript document belongs to the collection of Santa Casa de Misericórdia of Bahia, allocated in the Colonial and Provincial Archives Section nº 5285 and shows aspects of the historical-social context of the time, as well as information about the reality lived in the gathering. Since the colonial period, women were requested from the Portuguese Crown authorities, explaining the reasons for the requests. The purpose was to educate white girls from families of wealthy families, to welcome poor orphans, to protect the dignity of maidens and widows of families. as well as to enclose and punish women who behaved as inappropriate during the period. The document selected helps in understanding the cultural practices of the time, including those that kept women locked up under close surveillance at the request of parents and husbands. In the present study, the research based on philology through a semidiplomatic edition, allowed a systematic analysis of the manuscript source and its context, expanding the knowledge about writing, customs and other aspects related to welfare institutions and society of the time, noting, in particular, the power relations that affected women, and the proper behavior demanded by those responsible for the administration of the recollection, which led to a riot called the “Revolt of the Gathered”. Complements the edition, a brief glossary, which aims to assist both researchers and scholars on the subject, as well as the general public in the knowledge of the language of the time.

**Keywords:** Semidiplomatic edition. Feminine gathering. Cultural practices. Revolt of the Gathered .

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Santa Casa de Misericórdia da Bahia .....	19
<b>Figura 2</b> – Asilo da Mendicidade .....	19
<b>Figura 3</b> – Hospital Santa Izabel .....	20
<b>Figura 4</b> – Asilo de Beneficência .....	20
<b>Figura 5</b> – Hospício São João de Deus .....	21
<b>Figura 6</b> – Asilo dos Expostos .....	21
<b>Figura 7</b> – Roda dos Expostos.....	21
<b>Figura 8</b> – Recolhimento Santo Nome de Jesus.....	22
<b>Figura 9</b> – Agressões físicas.....	27
<b>Figura 10</b> – Maus tratos .....	27
<b>Figura 11</b> – Corrosão do suporte.....	40
<b>Figura 12</b> – Rasgadura .....	40
<b>Figura 13</b> – Escrita posterior a lápis.....	41
<b>Figura 14</b> – Mancha no suporte e reflexo da escrita .....	41
<b>Figura 15</b> – Protocolo inicial.....	41
<b>Figura 16</b> – Protocolo final ou escatocolo .....	42
<b>Figura 17</b> – Consoantes dobradas .....	42
<b>Figura 18</b> – Divisão silábica.....	42
<b>Figura 19</b> – Acentuação do ditongo nasal .....	43
<b>Figura 20</b> – Traçado das letras .....	43
<b>Figura 21</b> – Marquesa .....	50
<b>Quadro 1</b> – Letras maiúsculas.....	43
<b>Quadro 2</b> – Abreviatura por sigla .....	45
<b>Quadro 3</b> – Abreviaturas por suspensão ou apócope.....	45
<b>Quadro 4</b> – Abreviaturas por letra sobreposta .....	46

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 CONVENTOS E RECOLHIMENTOS</b> .....	13
<b>3 AS MISERICÓRDIAS DE LISBOA E BAHIA</b> .....	16
3.1 CARIDADE E ASSISTÊNCIA .....	19
3.2 O RECOLHIMENTO DO SANTO NOME DE JESUS.....	22
<b>4 REVOLTA DAS INTERNAS NO RECOLHIMENTO DO SANTO NOME DE JESUS</b> .....	24
<b>5 EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA</b> .....	29
5.1 CRITÉRIOS PARA EDIÇÃO DO DOCUMENTO .....	30
5.2 TRANSCRIÇÃO EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA .....	32
5.3 ASPECTOS CODIGOLÓGICOS, PALEOGRÁFICOS E DIPLOMÁTICOS .....	40
5.4 ABREVIATURAS: RELAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO .....	44
5.5 GLOSSÁRIO .....	47
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54

## 1 INTRODUÇÃO

A Coroa Portuguesa foi a responsável pela fundação da cidade de Salvador, no século XVI, com a chegada de Thomé de Souza, designado pelo rei de Portugal, D. João III, como o governador das terras do Brasil, o qual trouxe consigo os primeiros habitantes da nova terra: colonos, militares e religiosos. Localizada na Baía de Todos os Santos, o território da capitania da Bahia foi o local estratégico para a construção de fortalezas visando defender a cidade contra possíveis invasões estrangeiras. Lentamente sendo povoada por negros, mestiços, índios e pelos europeus, predominantemente portugueses, Salvador foi crescendo e se afirmando como o centro de desenvolvimento econômico, cultural e político da América Portuguesa, mantendo-se como um local fundamental para as relações comerciais entre Portugal e outras nações da Europa e da África, através do escoamento de açúcar, fumo, algodão, entre outros produtos (VASCONCELOS, 2016; TAVARES, 2008).

Salvador, com sua topografia acidentada, é dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa. Na Cidade Alta, após a chegada do governador Thomé de Souza, localizavam-se o centro político e eclesiástico da cidade, além de edificações como residências habitadas por ricos senhores de engenhos, igrejas e colégios. Na Cidade Baixa, além das fortificações, havia casas comerciais, trapiches e armazéns para abastecimento e apoio das atividades portuárias funcionando como entreposto tanto das mercadorias vindas do Recôncavo como daquelas oriundas do exterior (ANDRADE; BRANDÃO, 2009; REIS, 1991).

Marcada por sua religiosidade, Salvador evidenciou-se também pelo grande número de entidades pias, principalmente a partir do século XVI, a exemplo da fundação da Santa Casa de Misericórdia, que abrigava a sede da Irmandade, igreja e hospital. Até meados do século XVII, a política da Coroa Portuguesa, voltada para a constituição de famílias, proibia a fundação de recolhimentos, haja vista seu propósito de promover o povoamento da terra, assegurando o domínio português sobre a colônia (FERREIRA, 2006).

Com relação ao perfil demográfico, entre o século XVIII e meados do século XIX, Salvador tinha uma população distribuída em 10 freguesias e cada uma delas associada à sua igreja matriz, o que refletia a união entre o poder civil e o eclesiástico. Nessa época, verificou-se um aumento da população urbana, passando de 21.601 habitantes em 1706 para mais de 40 mil em 1759. Azevedo (1955) assinala que, de acordo com os registros eclesiásticos, havia na cidade, em 1706, 4.296 residências e



21.601 almas de confissão e em 1759, havia 40.263 habitantes, apenas na cidade do Salvador. Mattoso (1992, p. 109) “considera esses números plausíveis, visto que no começo do século XVIII a maior parte da população deslocava-se para o interior em direção às minas de ouro”.

Quanto às mulheres que compunham essa população, observa-se que havia uma maioria de mulheres negras, escravas ou libertas e mestiças, muitas das quais trabalhavam comercializando miudezas, as chamadas regateiras<sup>1</sup>. O contingente de mulheres brancas era baixo, uma vez que, desde o início da colonização foram poucos os homens que trouxeram mulher e filhos (PRIORE, 2016; SOUSA, 2003).

Desse modo, mulheres brancas, órfãs e donzelas, eram trazidas do Reino para contribuir com o povoamento da cidade, por meio do matrimônio e procriação. Aquelas que pertenciam às famílias mais abastadas, sobretudo, deviam guardar extremo recato, de modo que, por exemplo, só saíam de casa acompanhadas da figura masculina, fosse o pai, o esposo, um irmão mais velho, ou na falta destes, o tutor. Nos conventos e recolhimentos, inicialmente na Corte, e mais tarde também na Colônia, as donzelas eram acolhidas para serem educadas, aguardar a idade para casar ou abraçar a devoção (SOUSA; PEREIRA, 2018; SOUSA, 2003).

As instituições de recolhimento feminino eram espaços de submissão, passividade e desapego e, ao mesmo tempo, de autonomia e exercício de poder, principalmente em razão dos cargos ocupados pelas religiosas que impunham nesses locais regras e interdições, além de um permanente sistema de vigilância, disciplinarização e isolamento por ocasião dos festejos e práticas religiosas (FERREIRA, 2006). Nesse contexto, objetivou-se analisar tais relações por meio de pesquisa documental aplicando-se a prática filológica através da realização da edição semidiplomática que tomou como *corpus* de investigação um documento manuscrito datado de 23 de março de 1858, relativo a um conflito envolvendo algumas mulheres enclausuradas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, administrado pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, e que ficou conhecido como “Revolta das Recolhidas”.

Buscou-se, ainda, examinar os elementos que permearam o papel social da instituição mantenedora, bem como ampliar o conhecimento acerca da situação vivida pelas internas dentro do Recolhimento do Santo Nome de Jesus. Para tanto, além da leitura, transcrição e interpretação do documento, construiu-se um breve glossário cujos

---

<sup>1</sup> **Regateira:** mulher que compra pescados, hortaliças e frutas para vender no comércio local (BLUTEAU, v. 7, 1728, p. 195).

verbetes permitiram uma melhor compreensão das práticas e costumes sociais, contribuindo com estudos futuros de diversas áreas que utilizem documentos do mesmo período.

A realização da edição possibilitou uma análise sistemática das fontes primárias, facilitando e ampliando o conhecimento da história das sociedades, tornando-a acessível, tanto para os estudiosos da área, quanto para um público inábil na prática filológica. A temática sob análise fora selecionada em razão do interesse pessoal surgido durante a participação em pesquisa de iniciação científica, visando também à contribuição social, uma vez que discute as práticas de enclausuramento de mulheres no passado, o que certamente está na base dos conflitos vividos pelas mulheres no presente.

A edição do *corpus* selecionado, possibilitou além do estudo de aspectos referentes à história e à cultura dos povos, a análise do ponto de vista linguístico, pois, como destaca TELLES (2015, p. 58), “as formas lexicais que dão suporte ao texto correspondem ao uso linguístico do *scriptor* e do seu tempo [...]”, possibilitando conhecer o léxico que era utilizado em outros momentos históricos e que é testemunha do processo de mudança linguística que ocorre com o passar do tempo (FARACO (2006). Sendo assim, a confecção da edição, com todos os estudos que a acompanham, certamente oferecerá uma contribuição para a compreensão do contexto da época e favorecerá a consulta ao *corpus* por outros profissionais interessados tanto no conhecimento da língua quanto no contexto das mulheres enclausuradas e na história do Recolhimento do Santo Nome de Jesus.

Para o desenvolvimento desta monografia, além da leitura do referencial teórico e estabelecimento da edição, foram realizadas visitas ao Centro de Memória Jorge Calmon na Pupileira da Santa Casa da Misericórdia para consulta a outros documentos, como as atas e os livros de registros de entrada e saída das mulheres enclausuradas no Recolhimento do Santo Nome de Jesus, a fim de ampliar os dados coletados no *corpus*, pois, como aponta Ginzburg (1990), a pesquisa por fontes documentais é o primeiro obstáculo do pesquisador em virtude da escassez de testemunhos que possam detectar e interpretar pequenas pistas deixadas pelas pessoas que viveram em outras épocas, por isso a importância e a necessidade do rigor nas análises documentais.

Para a realização da edição semiplomática foi importante contar com os conhecimentos da Paleografia, da Diplomática e da Crítica Textual, ciências requeridas no processo de edição de manuscritos e que proporcionaram o desenvolvimento de diferentes métodos de estudos sobre a história da cultura escrita. A Paleografia nasceu

no final do século XVIII juntamente com a Diplomática e se consagrou como ciência independente quando se tornou indispensável para determinar com precisão o conteúdo dos textos escritos (GÓMEZ; SÁEZ, 2016).

Tendo hoje um significado mais universal, o trabalho paleográfico permite que o estudo da escrita não fique restrito à apenas aos materiais brandos como o papiro, o pergaminho e o papel, mas também ao estudo da escrita quer em moedas, madeira, bronze ou mármore. Enquanto ciência, a Paleografia possibilita ao filólogo o estudo rigoroso de todo e qualquer documento manuscrito ou impresso que tenha a escrita como objeto, visando conhecer sua gênese, suas formas gráficas e suas variações ao longo do tempo. Cambraia (2005), entende a Paleografia de duas maneiras: o estudo da escrita antiga com a finalidade de compreender como foi constituído o sistema socio-historicamente; e, o estudo da escrita moderna com o objetivo de habilitar os leitores a investigar a autenticidade, a datação e a origem de um documento baseando-se na escrita.

Uma interpretação paleográfica executada com rigor pelo filólogo, constitui um processo indispensável para o conhecimento da escrita e para o desenvolvimento das abreviaturas, uma estratégia que remonta à Antiguidade grega e romana e que era muito utilizada em textos escritos. Seu uso visava a economia da tinta, do espaço no suporte e do tempo de escrita do copista (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005; HIGOUNET, 2003).

A Diplomática, busca legitimar o ato administrativo ou jurídico emitido pelas autoridades analisando os elementos extrínsecos (papel, pergaminho, tintas, tipo de letra, assinatura e selo) e intrínsecos (relativos à língua, ao teor do documento e ao texto), constantes nos vários tipos documentais existentes que possam constituir fontes históricas, como cartas, tratados, contratos, requerimentos, petições, testamentos, dentre outros. Os documentos diplomáticos, independentes da procedência ou data, são de natureza jurídica, que atestam a autenticidade, a integridade e a época em que os documentos foram feitos (DURANTI, 2015; BERWANGER; LEAL, 2008; BELLOTO, 2002).

A monografia foi dividida em seis seções. Na “Introdução” apresentam-se o problema evidenciado, os objetivos, a justificativa e a metodologia estabelecida para o estudo. A seção intitulada “Conventos e Recolhimentos” traz um panorama sobre o surgimento dessas instituições na América Portuguesa, os motivos que levaram muitos pais ao enclausuramento de suas filhas e o perfil das jovens brancas acolhidas pelas

casas assistenciais. Na terceira seção, especificam-se aspectos relativos à Santa Casa de Misericórdia, suas práticas assistenciais, traçando um percurso desde sua fundação em Portugal até sua expansão pelas terras ultramarinas. Nesse sentido, essa seção foi subdividida em “Caridade e Assistência”, expondo o trabalho da Santa Casa na Bahia como mantenedora de unidades assistenciais, e o “Recolhimento do Santo Nome de Jesus”, subseção na qual se apresentam alguns aspectos da instituição inaugurado em 1716. Na seção seguinte, intitulada “Revolta das Internas no Recolhimento do Santo Nome de Jesus”, abordam-se aspectos do conflito que levou algumas das mulheres recolhidas a tornarem público um pedido de socorro. Na quinta seção, apresenta-se a “Edição Semidiplomática” da *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, documento constituído por quatro fólios, recto e verso, incluindo-se os critérios utilizados para sua transcrição e edição, com destaque para os aspectos codicológicos, paleográficos e diplomáticos encontrados no manuscrito. São ainda apresentados a relação e classificação das abreviaturas, e um breve glossário contextualizando os termos utilizados no manuscrito a fim de proporcionar um melhor entendimento por pesquisadores e estudantes da área. Por fim, nas “Considerações Finais” foram sintetizadas as atuações da Santa Casa de Misericórdia através das suas ações dentro das unidades assistenciais, incluindo o Recolhimento do Santo Nome de Jesus, examinando aspectos do enclausuramento feminino no século XIX. Por meio da elaboração da edição semidiplomática, através da leitura, transcrição e interpretação da *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, pode-se evidenciar que as práticas de disciplina, submissão e violência<sup>2</sup> contra a mulher praticadas no passado, estão certamente na base do que se observa no presente.

---

<sup>2</sup> A violência aqui é entendida como o produto dos valores culturais machistas e patriarcais, que são ainda estruturantes em nossa sociedade, que se revela por uma gama variada de formas de silenciamento, constrangimentos, imposições e violência física e psicológica cometidas contra as mulheres por meio do poder patriarcal enfrentados por elas em nossa sociedade ainda hoje, como enfatizam Guimarães e Pedrosa (2015, p. 256-266).

## 2 CONVENTOS E RECOLHIMENTOS

A “preservação da honra” através da reclusão ou doméstica institucional era uma prática utilizada como dispositivo de dominação masculina sobre as mulheres que tinham todos os seus movimentos vigiados por um responsável, do sexo masculino, fosse o esposo, o irmão mais velho, ou um tutor, na falta dos primeiros. Vivendo isoladas em uma sociedade que valorizava o recato e a contrição, e levando uma vida formalmente regida por terceiros, as mulheres deveriam ser guardadas de todas as tentações do mundo profano e obedecer às regras impostas pela sociedade e pela Igreja (ALGRANTI, 2004; ARAÚJO, 2000; PRIORE, 1990).

Diferentemente do que ocorreu na América Espanhola, que teve seu primeiro recolhimento feminino fundado no século XVI, o tardio aparecimento de recolhimentos e conventos na América Portuguesa, dado o desinteresse quanto à construção de instituições para abrigo de religiosas na colônia, foi motivado pela política da Metrópole visando garantir o crescimento da população branca, incentivando para isso o casamento dos colonos inclusive enviando órfãs que pudessem se casar na colônia, assegurando, dessa forma, a fixação da população para proteger a costa brasileira contra invasões em território tão grande e inexplorado (SOUZA; PEREIRA, 2018; AZZI, 1983).

As famílias, preocupadas com a manutenção do prestígio social e para não correr riscos de casar suas filhas com colonos de condição socialmente inferior, devido ao alto valor dos dotes, as enviavam para os conventos portugueses a fim de serem educadas na vida religiosa, ou aguardarem a idade para contrair matrimônio. Nesse sentido, em razão do risco de despovoamento da colônia por falta de mulheres brancas e para manter a política de incentivo ao casamento, o rei de Portugal, D. João V, emitiu uma ordem régia, em meados do século XVII, determinando que o envio de mulheres para recolhimento em instituições religiosas portuguesas somente poderia ocorrer sob sua autorização (ALGRANTI, 1992; RUSSEL-WOOD, 1981).

A fim de acatar a determinação régia, famílias baianas pleiteavam constantemente à Coroa autorização para erguerem capelas, ermidas ou recolhimentos com fins assistenciais ou religiosos na Colônia, já que muitos deles não detinham posses suficientes para arcar com um pagamento de um dote exigido para um bom casamento e os valores a serem pagos para o convento ou recolhimento eram mais acessíveis (ALGRANTI, 1992; AZZI, 1983).

No período colonial, o pagamento do dote, concedido pelos pais das noivas, garantia uma nova constituição familiar, uma transação comercial que visava à

formação de alianças entre as famílias de prestígio e uma proteção que a mulher levava por ocasião do casamento, o que reforçava sua condição de tutelada pela sociedade patriarcal, cabendo ao marido a competência em zelar pela segurança da esposa e dos filhos, o que incluía a administração do dote recebido (ABRANTES, 2010; NAZZARI, 2001).

No decorrer de todo o período colonial foram fundados quatro conventos na capitania da Bahia. No século XVII, para atender aos apelos das nobres famílias da Colônia, foi fundado em 1677 o primeiro convento feminino na América Portuguesa, o Mosteiro de Santa Clara do Desterro, pertencente a Ordem das Religiosas Franciscanas (AZZI, 1983). A partir do século XVIII, outros conventos foram sendo fundados para acolher tanto as jovens que aspiravam a uma vida religiosa, como as recolhidas com fins educacionais ou outros, além de pensionistas<sup>3</sup>. O convento de Nossa Senhora das Mercês, instituído em 1733 e o convento do Sagrado Coração de Jesus da Soledade, fundado entre 1742-1743, pertenciam à Congregação das Irmãs Ursulinas. Do mesmo período é o convento de Nossa Senhora da Lapa que pertencia à Ordem da Imaculada Conceição e foi instituído em 1744 (MOTA, 2011).

Quanto aos recolhimentos, foram criados no século XVIII o Recolhimento do Santo Nome de Jesus, em 1716, sob a administração da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e onde se dá o evento da rebelião, que será tratada na subseção 3.2 desta monografia, o Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões das Beatas Recolhidas, em 1723; e, o Recolhimento de São Raimundo Nonato e Santa Madalena, em 1761 (AZZI, 1983).

As casas de recolhimentos e conventos, atendiam às diversas motivações da sociedade patriarcal da época. Dentre estas, conforme discutido por SANTOS (2004, p. 16), “a segregação de mulheres, proteção às filhas a fim de colocá-las ‘bem’ na sociedade, e preservá-las de uniões matrimoniais que atingiam os preconceitos raciais e até mesmos religiosos”, ou seja, preservar as jovens brancas dos casamentos com homens de condição socioeconômica inferior, ou mesmo da união com negros ou índios.

Embora se diferenciasssem quanto às origens no momento de sua fundação, os recolhimentos assemelhavam-se em objetivos gerais aos conventos, ou seja, na preparação de moças para a educação e para o casamento, para resguardar a dignidade de meninas órfãs e pobres, acolher viúvas de famílias nobres, além de servir como local

---

<sup>3</sup> O mesmo que porcionista. Mulheres viúvas, solteiras ou casadas que pagavam uma pensão pelo seus sustentos ao convento ou ao recolhimento (SILVA, 2011; FIGUEIREDO, 1913).

para corrigir desvios de conduta das mulheres que não se adequassem às normas socialmente aceitas, como no caso de suposição de adultério, prática bastante recorrente para o recolhimento de mulheres (SOUZA; PEREIRA, 2018).

Quanto aos conventos, havia a prioridade da educação voltada para o ensino das virtudes cristãs. Submetidas às regras impostas pelos estatutos que regiam cada estabelecimento, quando enclausuradas, as mulheres viviam sob total controle e disciplina não lhes sendo permitido qualquer tipo comportamento que desrespeitasse as normas impostas pelas instituições religiosas (ALGRANTI, 1992).

Conforme analisa Foucault (1987), semelhante ao que acontece em outros espaços de dominação, tais como prisões, manicômios e mais tarde também as fábricas, a disciplina praticada dentro dos conventos e recolhimentos era uma forma de exercer o poder sobre a mulher normatizando seus gestos e limitando seus papéis dentro de uma sociedade patriarcal. O exercício desse poder adquirido pela classe dominante não significa privilégio do dominador, mas um efeito estratégico na condução da vida dos dominados. Isoladas do convívio social e da família, a mulher era obrigada a silenciar seus desejos, suas vontades e viver sob o constante olhar do outro, comedida em cada movimento e em cada atitude

No Recolhimento do Santo Nome de Jesus, conforme se observa no *corpus* editado, a privação da liberdade significava, além de encarcerar as jovens, observar atentamente seus comportamentos, denotando assim o poder da constante vigilância a que eram submetidas, inclusive retirando-lhes toda a privacidade e contato com o mundo exterior, conforme expresso na denúncia das recolhidas: “o querer que dormissemos e nos lavassemos como pretas da costa em bandos”, “sem poder fallar mais com seos parentes nem chegar as janellas para esparecerem, apesar das grades”, ou “privarmos de nossas orações de devoção” (CARTA, 1858, f. 2v).

Foi a sobrevivência nesses espaços de poucas possibilidades que fez surgir naquelas mulheres o sentimento de resistência contra a dominação masculina para fugirem do estereótipo de mulher ideal, obediente, submissa, que aceita algo pacientemente sem se opor, sem questionar, e levou-as a insurgirem-se, como se verá mais adiante na seção 4.

### **3 AS MISERICÓRDIAS DE LISBOA E DA BAHIA**

A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa foi fundada no ano de 1498, pelo Frei Miguel de Contreiras sob tutela da casa real portuguesa e com aprovação da rainha D. Leonor. Pertencente à Ordem da Santíssima Trindade, cuja missão era garantir a assistência àqueles que mais necessitavam, Frei Miguel, popularmente conhecido como o “pai dos pobres”, pregava sermões e andava pelas ruas da cidade coletando esmolas para ajudar os mais carentes e distribuindo-as nas portas da igreja (GOODOLPHIM, 1897).

Ainda segundo Goodolphim (1897), para a distribuição das esmolas, Frei Miguel contou com o auxílio de alguns companheiros, formando mais tarde a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, uma associação religiosa formada por leigos devotos e pelo clero regular realizando obras humanitárias para os pobres, doentes, presos e órfãos, principalmente após a epidemia da peste negra e a falta de comida devido à guerra. Para essas atividades de assistência, Portugal já contava à época com uma grande quantidade de albergarias e pequenos hospitais mantidos com a ajuda de terceiros, oferecendo dormida, alimentação e cuidados aos peregrinos, mercadores, estudantes pobres, meninos órfãos e mendigos que chegavam subnutridos (GANDELMAN, 2005; RUSSEL-WOOD, 1981).

Desse modo, tendo como motivação a caridade e no intuito centralizar os pequenos hospitais e as albergarias em um só local, o rei D. João II criou o Hospital de Todos os Santos que mais tarde recebeu a colaboração da Santa Casa no cuidado com os pobres e enfermos (GANDELMAN, 2005).

Na América Portuguesa, a introdução das Misericórdias ocorreu no século XVI, a partir da fundação da Santa Casa de Santos, instituída por Bráz Cubas em 1543 e aprovada em 1551, atuando na coleta de esmolas e levando a caridade aos domicílios dos necessitados. A Santa Casa da província da Bahia foi fundada no governo de Thomé de Souza entre os anos de 1549 e 1552, estabelecida como uma instituição leiga, executando atividades caritativas a todos que dela necessitassem, cuidando, a princípio, da saúde dos habitantes da cidade e posteriormente ocupando-se também de ações voltadas para o recolhimento de mulheres. A Santa Casa do Rio de Janeiro foi criada em 1582, pelo padre José de Anchieta, durante o governo de Martim de Sá, após aportar na cidade uma esquadra espanhola com várias pessoas doentes, principalmente de



escorbuto<sup>4</sup>, doença muito comum na época e que acometia principalmente as tripulações dos navios que demoravam muito tempo em viagem sem a adequada alimentação (MORAES, 1886).

Na Bahia, a data da fundação da Santa Casa de Misericórdia não é precisa, pois, devido à invasão holandesa que ocorreu entre 1624 e 1625, muitos documentos foram destruídos, o que impossibilita a atestação exata do evento. Alguns autores afirmam ter sido em 1549 e outros em 1552, entretanto, o relatório elaborado pelo Escrivão da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Bernardo do Canto Brum e enviado ao provedor João Maurício Wanderley em 1858, assinala que a Santa Casa foi criada em meados do século XVI, no governo de Thomé de Souza, em 1549 (BRUM, 1858).

Afirma ainda o escrivão, que a Irmandade e o Hospital da Santa Casa já se achavam estabelecidos na província no ano de 1545, conforme alvará de 8 de outubro de 1605, cujo original encontra-se nos arquivos da Santa Casa, o que também é esclarecido no Tratado Descritivo do Brasil de Gabriel Soares de Sousa, datado de 1587, quando o mesmo faz menção à uma praça onde estão situados o Hospital e a Santa Casa cuidando dos doentes e dos mais pobres (BRUM, 1858; SOUSA, 1587).

Conforme citado por Russel-Wood (1981), as cartas do jesuíta Manoel da Nóbrega em 1552, indicavam também que a Santa Casa já se encontrava instalada na província da Bahia, quando se referia à dificuldade em manter um orfanato e por isso, encaminhava os meninos para que fossem cuidados na Santa Casa.

A Misericórdia da Bahia, desde os primórdios, procurou praticar as ações de caridade constantes no Compromisso de Lisboa, alimentando os pobres, resgatando os cativos, visitando os prisioneiros, tratando dos doentes e dos presos, consolando os infelizes, amparando os órfãos, os inválidos, as viúvas pobres e sepultando os mortos após a celebração dos ritos fúnebres (RUSSEL-WOOD, 1981).

Os ritos fúnebres, por exemplo, eram práticas constituídas de caráter formal realizadas para auxiliar a transição do indivíduo na passagem do mundo dos vivos para o mundo dos mortos, a fim de que sua alma fosse salva. Para ser reconhecido como um bom cristão o sujeito devia expressar, em seu testamento, o arrependimento pelas faltas cometidas, além de pormenorizar cuidadosamente como deviam os bens serem partilhados, de modo a estar sua alma em condições de alcançar a salvação.

---

<sup>4</sup> **Escorbuto.** Doença causada pela falta de vitamina C (Chernoviz, v. 2, 1890, p. 1013).

Nesse contexto, para alcançar uma “boa morte”, o fiel deveria relacionar em testamento uma série de afazeres a serem cumpridos pelos herdeiros, após sua morte, tais como, os sufrágios, o local do sepultamento, a vestimenta a ser usada, a quantidade de missas e orações, a distribuição de esmolas e bens, os jejuns e a composição do cortejo fúnebre (PEREIRA, 2015; 2016; BERTO, 2013; CHARTIER, 1976).

A Irmandade da Santa Casa na Bahia buscava oferecer um sepultamento digno da condição social do morto, garantindo um enterro decente aos seus irmãos, assim como a toda sua família em sepulturas no interior das capelas. Composta por uma Mesa diretora, a Irmandade era constituída pelo provedor, conselheiros e mordomos. Estes, tinham alguns direitos estabelecidos, como por exemplo, a dispensa no pagamento de impostos, de selos correspondente a espólios deixados em testamentos e a não prestação de contas de sua administração (RUSSEL-WOOD, 1981).

O Provedor possuía autoridade máxima e era obrigado pelos estatutos a reunir-se com a Mesa para tratar de operações financeiras, e assim como os Conselheiros, deviam visitar mensalmente a prisão, o hospital e aos desvalidos, assegurando-lhes a assistência e a adequada aplicação das esmolas. Quanto aos mordomos, eram divididos em “mordomo da capela” para cuidar do prédio da capela, das esmolas, dos funerais e das missas e o “mordomo de fora” que proporcionava auxílio jurídico aos presos e quitava os custos necessários à sua libertação (RUSSEL-WOOD, 1981).

As rendas obtidas pela Santa Casa eram provenientes, na maioria das vezes, de heranças e de bens que poderiam ser transmitidos ou transferidos para outrem. Uma dessas heranças foi proveniente do comerciante português João Mattos de Aguiar, um senhor de engenho, dono de fazendas no Recôncavo baiano e um dos maiores provedores da Santa Casa. Após sua morte, deixou em testamento uma quantia para a construção do recolhimento, destinado à assistência social de moças brancas e donzelas que mais tarde foi edificado pela Santa Casa.

### 3.1 CARIDADE E ASSISTÊNCIA

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia era possuidora de um vasto patrimônio como, prédios, terras doadas por pessoas abastadas, heranças deixadas pelos Irmãos, ações em bancos e juros referentes a empréstimos concedidos a terceiros. Mantinha unidades assistenciais como hospitais, asilos e recolhimentos, sendo solidária para com todos os que precisassem do seu auxílio.

**Figura 1:** Santa Casa de Misericórdia da Bahia.



Fonte: Costa (2001)

O Asilo da Mendicidade também integrava a rede de assistência da Santa Casa. Instituído em 1862, fora instalado na Quinta dos Lázaros, no prédio que hoje abriga o Arquivo Público do Estado, e em 1887 foi transferido para o bairro da Boa Viagem. Conhecido como Abrigo D. Pedro II, atualmente encontra-se localizado no bairro de Piatã e é administrado pela Prefeitura de Salvador (COSTA, 2001).

**Figura 2:** Asilo da Mendicidade



Fonte: Prefeitura de Salvador (2019)

O Hospital Santa Izabel, localizado no bairro de Nazaré e inaugurado em 1893, foi o sucessor do antigo Hospital da Caridade, fundado em 1549 e considerado o primeiro estabelecimento de ação social da Santa Casa (COSTA, 2001).

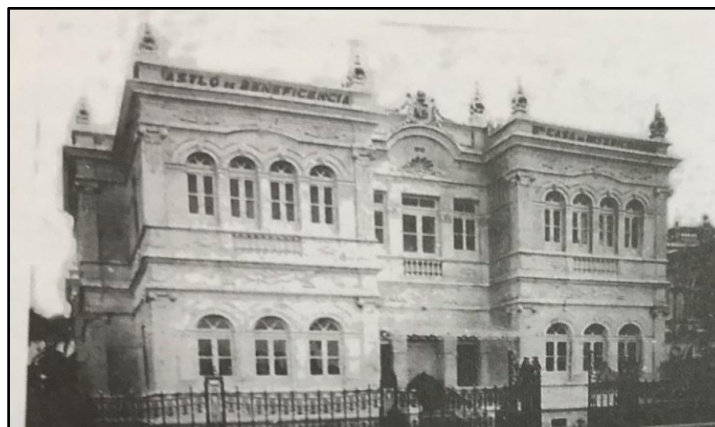
**Figura 3:** Hospital Santa Izabel



Fonte: Silva (1919)

Outra instituição pertencente à Santa Casa foi o Asilo de Beneficência, atual Hospital Prof. Carvalho Luz, situado no Largo de Nazaré, que foi criado para amparar os Irmãos da Misericórdia (COSTA, 2001).

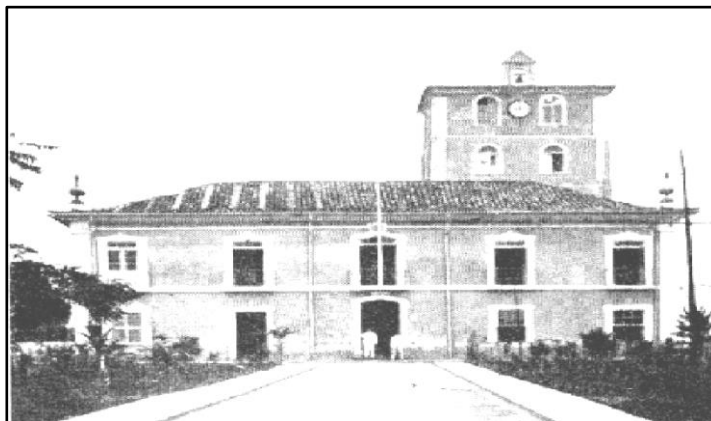
**Figura 4:** Asilo de Beneficência



Fonte: Costa (2011)

O Hospício São João de Deus, situado no Solar de Boa Vista do Engenho Velho de Brotas, foi adquirido em 1869 e ficou sob administração da Santa Casa até 1911, Atualmente o local encontra-se desativado.

**Figura 5:** Hospital São João de Deus



Fonte: Jacobina (2001)

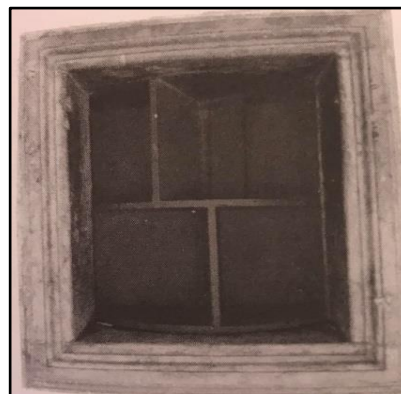
O Asilo dos Expostos, local de abrigo e educação de meninos e meninas, fora criado para receber os recém-nascidos abandonados pelas mães pobres e sem condições de criá-los. Eram colocados na roda dos expostos<sup>5</sup>, que foi também uma saída encontrada pelas famílias ditas “honradas”, para entregar crianças filhas de relacionamentos “ilegítimos”, visto que as jovens não poderiam aparecer grávidas perante a sociedade da época como mães solteiras. A roda, em 1862, foi transferida para o Campo da Pólvora e extinta no século XX (COSTA, 2001; GOMES, 1912). Antes disso, contudo, ficou instalada durante 128 anos na portaria do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, instituição sobre a qual se tratará a seguir.

**Figura 6:** Asilo dos Expostos



Fonte: IPAC-Bahia (2019)

**Figura 7:** Roda dos Expostos



Fonte: Costa (2001)

<sup>5</sup> **Roda dos Expostos.** Dispositivo giratório, feito de madeira que permitia a entrega de crianças, sem serem identificados os portadores (COSTA, 2001).

### 3.2 O RECOLHIMENTO DO SANTO NOME DE JESUS

Os recolhimentos e conventos femininos foram construídos, como já se disse, como locais de clausura para garantir a “moralidade” e a “preservação da honra” das mulheres, para possibilitar a realização do matrimônio, uma condição importante para a sociedade da época. Provavelmente, nesse sentido, foi que João de Mattos de Aguiar, um dos mais importantes provedores da Santa Casa, deixou, antes de falecer em 26 de maio de 1700, um testamento nomeando a Misericórdia como a principal administradora de seus bens e destinando uma quantia para que fosse construído um recolhimento de mulheres brancas deixando sob a responsabilidade da Santa Casa a escolha do local, devendo chamar-se inicialmente Convento de Recolhidas Mulheres, conforme determinado no testamento (SILVA, 2011).

Dez anos após, o Recolhimento fora finalmente inaugurado em 29 de junho de 1716, na rua Direita ao lado da Misericórdia. Costa (2001), ao transcrever o livro de Tombamento dos bens da Santa Casa escrito por Joaquim Antonio Damázio, assinalou que muitas benfeitorias foram feitas no Recolhimento que contava com 3 pavimentos, 58 quartos, claustro, sanitários, cozinha e oficinas que poderiam servir à comunidade.

A princípio, o Recolhimento começou a funcionar com oito jovens, donzelas, brancas, de famílias de classe média, com idade para contrair matrimônio e jovens órfãs. Entretanto, a autorização que aprovara a instituição do Recolhimento, determinava também o acolhimento, temporariamente ou não, de porcionistas<sup>6</sup>, e mulheres casadas cujos maridos estivessem ausentes da cidade (COSTA, 2001; ALGRANTI, 1992; RUSSEL-WOOD, 1981).

**Figura 8:** Recolhimento do Santo Nome de Jesus



Fonte: Costa (2001). A seta indicada pelo autor mostra o local do Recolhimento.

No caso de moças donzelas e órfãs, antes do acolhimento, eram feitas averiguações sobre o comportamento das jovens, sua idade e se havia de fato a necessidade de ingressar no recolhimento com o status de *encostada*, a qual deveria ter um fiador para se responsabilizar por suas despesas com alimentação e vestuário.

<sup>6</sup> **Porcionista:** O mesmo que pensionista. Ver folha 13.

Na oportunidade de um casamento, uma vaga era aberta e a *encostada* passaria para o status de *recolhida* sendo as despesas então custeadas pela Misericórdia durante quatro anos. Após esse período, se não houvesse casamento, a jovem era devolvida ao lar do fiador ou então permaneceria no recolhimento como pensionista (RUSSELLWOOD, 1981).

Segundo Figueiredo (1913, p. 722), o termo *encostada*<sup>7</sup> significa “indivíduo protegido ou que vive à custa de outrem”. Nesse sentido, o status de *encostada* significava o amparo ou auxílio que uma pessoa recebia de uma entidade os recursos financeiros para prover seu sustento, temporariamente ou não.

Com relação às mulheres casadas, o recato e recolhimento deveriam ser obedecidos para que não caíssem em adultério. Durante as ausências do marido, a serviço da Metrópole ou para tratar de assuntos particulares, a reclusão da mulher, era a melhor garantia da credibilidade do marido perante a sociedade e a conduta moral da esposa (SILVA, 1984).

Por outro lado, havia porcionistas solteiras, como por exemplo, observou-se o caso de duas jovens, V. R. de Aguiar<sup>8</sup>, cujo pai, viúvo e exercendo o cargo de Meirinho<sup>9</sup>, enviou petição à Mesa, solicitando o recolhimento da filha para “conservar a honestidade” e, M. C. da S. Mendes<sup>10</sup>, filha do capitão M. D. de Carvalho, que achando-se enclausurada no Recolhimento de São Raimundo, a pedido do Conde Pereira Marinho foi transferida para o Recolhimento do Santo Nome de Jesus.

Quanto às viúvas, quando não tinham mais a tutela da figura masculina e outros meios de sobrevivência, passavam para a tutela do Recolhimento. Entretanto, muitas delas preferiam assumir os negócios do marido e criar seus filhos a ter que submeter-se ao enclausuramento. Uma nova união a obrigaria a dividir os bens deixados pelo primeiro marido, ficando assim destituída da administração dos bens (SILVA, 2011; BRANDÃO, 2007).

---

<sup>7</sup> No Brasil, desde a época do Império, já existia um mecanismo de cunho previdenciário, datado de 1888 para regular a aposentadoria dos empregados dos Correios, da Imprensa Nacional, das estradas de ferro, da Casa da Moeda, da Marinha e da Alfândega. Entretanto, somente em 1923 esse sistema foi consolidado através da criação de instituições capazes de amparar financeiramente o indivíduo, por exemplo, pessoas pobres, inválidas, com mobilidade reduzida ou em idade avançada. O termo *encostada* migrou para uma acepção diferente nas instituições previdenciárias, significando indivíduos aposentados pelas relações de trabalho ou enfermidades (INSS, 2017; HOMCI, 2009).

<sup>8</sup> **Termo de registro.** Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 25/06/1806.

<sup>9</sup> **Meirinho:** Oficial de justiça que cita, penhora e executa mandados judiciais (SILVA, 1789, p. 284).

<sup>10</sup> **Termo de registro.** Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 26/03/1813.

#### 4 REVOLTA DAS INTERNAS NO RECOLHIMENTO DO SANTO NOME DE JESUS

Em meados do século XVIII, para administrar o Recolhimento do Santo Nome de Jesus, a Mesa nomeou regentes que deveriam ser brancas, de idade avançada, e com maturidade suficiente para exercer firme controle sobre as jovens e as porcionistas adultas (RUSSEL-WOOD, 1981).

Em 1754, o provedor, Dr. Luis da Costa e Faria, proibiu a entrada de escravas que não pertencessem à Misericórdia e aumentou a altura das janelas para que as jovens não pudessem conversar com transeuntes que passavam pela rua. Em dado momento, uma pensionista que possuía uma escrava, a qual ficou proibida de entrar na casa, teria encorajado as moças a danificarem as janelas e os batentes<sup>11</sup> (RUSSEL-WOOD, 1981).

O escrivão Theodoro Teixeira Gomes, elaborando seu relatório<sup>12</sup> sobre alguns fatos relativos à Santa Casa diz que entre 1843/1844, foi apontado por Antonio Joaquim Alvares do Amaral que o Recolhimento não era um colégio de educandas, e sim, uma péssima casa de correção, onde se achavam 166 pessoas que viviam amontoadas sobre pequenos cubículos onde dormiam de seis a sete mulheres, sem um mínimo de higiene, ventilação e sem locais para recreações (GOMES, 1911).

Em 1858, o escrivão Bernardo do Canto Brum, emitiu um relatório<sup>13</sup>, afirmando que, com algumas raras exceções, as Recolhidas viviam ociosas perambulando pela casa, sem nenhum tipo de ocupação que fosse proveitosa para elas ou para a Misericórdia, além do fato que a maioria não saber ler nem escrever. Viviam na mais completa regalia conversando com transeuntes através das janelas, andavam desarrumadas e se por um acaso chegasse alguma visita, escondiam-se atrás das portas rindo e escutando as conversas. O único refeitório que havia, era utilizado tanto pelas jovens de maior idade quanto pelas de menor idade. Muitas vezes, as primeiras pegavam os alimentos destinados às menores e iam comer nos seus cubículos ou vendiam para os fregueses que transitavam perto das janelas. Além da falta de higiene, a cisterna<sup>14</sup> servia como depósito de pedaços e utensílios de cozinha e de madeira, e os vasos<sup>15</sup> eram imundos, tendo muitas vezes a Santa Casa que desembolsar uma quantia extra para

---

<sup>11</sup> **Batentes:** Uma pedra ou pedaço de madeira que trava a porta ou janela quando esta se fecha (BLUTEAU, v. 2, 1728, p. 69).

<sup>12</sup> Relatório apresentado à Junta da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1911, p. 182.

<sup>13</sup> Relatório apresentado ao provedor João Maurício Wanderley. 1858, p. 3-21.

<sup>14</sup> **Cisterna:** Reservatório ou poço para recolher e conservar água (SILVA, v. 1, 1789, p. 401).

<sup>15</sup> **Vaso:** Peça de formas variadas, próprio para conter substâncias líquidas ou sólidas (FIGUEIREDO, 1913, p. 2067).



reparar os utensílios quebrados, ou seja, o local era uma casa em total desordem, dispendiosa, reduto da ociosidade e dos maus costumes (BRUM, 1858).

A distribuição de gêneros alimentícios ocorria de forma sistemática. Cada uma das reclusas, recebia diariamente, 2 libras<sup>16</sup> de carne e 2 libras de toucinho. Outros alimentos eram entregues uma vez por mês e deveriam ser compartilhados entre todas as jovens: 30 réis de couve, 200 achas<sup>17</sup> de lenha, 10 canadas<sup>18</sup> de óleo de peixe, 9 quartos<sup>19</sup> de feijão, 320 réis de algodão, banana e sabão, meio alqueire<sup>20</sup> de sal e uma libra de cera. Além dos alimentos, 640 réis eram reservados mensalmente para os artigos domésticos e produtos de limpeza (RUSSEL-WOOD, 1981).

Diante da situação caótica e da urgência em impor disciplina, a Mesa, em 1847, deliberou a vinda da França das Irmãs de Caridade ou Irmãs de São Vicente de Paula, para iniciar os ensinamentos religiosos, as regras de educação, além de oferecer diversas atividades para que as jovens saíssem da ociosidade (COSTA, 2001; MATTOSO, 1992; BRUM, 1858).

As reclusas não aceitaram as normas impostas pelas Irmãs e no mesmo relatório enviado ao provedor João Maurício Wanderley, Brum (1858) analisa que, como estavam acostumadas a viver na ociosidade e na desordem, seria muito difícil para as Irmãs conseguirem impor a ordem no local. Ao serem proibidas de conversarem com as pessoas através das janelas, a receberem visitas dos parentes e a vender suas rações para comprar futilidades, as moças sentiam-se oprimidas e isoladas. Resistindo à disciplina imposta pelas religiosas, algumas reclusas deram início a uma rebelião como se verá a seguir.

No século XIX, as difíceis condições de vida enfrentadas pela população mais pobre geraram várias revoltas, não sendo o descontentamento exclusivo da situação observada acima. No dia 28 de fevereiro de 1858, uma reação da população frente à carestia e ao aumento do preço da farinha de mandioca, além da insatisfação popular diante de medidas tomadas pelo Presidente da Província, João Lins Cansação de Sinimbu, ocasionaram o motim denominado “Carne sem osso e farinha sem caroço” (PINHO, 2015).

---

<sup>16</sup> **Libras:** Unidade de medida. Duas libras correspondem a 907 gramas.

<sup>17</sup> **Achas:** Peça de lenha rachada (BLUTEAU, v. 1, 1728, p. 83).

<sup>18</sup> **Canadas:** Objeto alongado e cilindro utilizado para medir líquido, equivalente a quarta parte (BLUTEAU, v. 2, 1728, p. 89).

<sup>19</sup> **Quarta:** Cada uma das quatro partes iguais em que se pode dividir alguma coisa (FIGUEIREDO, 1913, p. 1675).

<sup>20</sup> **Alqueire:** Antiga unidade de medida de para secos e líquidos (FIGUEIREDO, 1913, p. 93).

Para evitar o encarecimento do preço da farinha de mandioca, a Câmara Municipal de Salvador divulgou uma postura<sup>21</sup>, determinando a venda do produto acondicionado apenas em tulhas<sup>22</sup>, instaladas em alguns pontos da cidade e dentro do Celeiro Público, espécie de mercado municipal. Essa medida visava controlar melhor o preço da mercadoria e coibir a ação dos atravessadores, que cobravam um preço exorbitante pela venda da farinha produzida no Recôncavo e em outras regiões da Bahia. A intenção da Câmara era que a venda do produto fosse feita diretamente à população, sem a intervenção de especuladores e sem custos adicionais (REIS; AGUIAR, 1996; MATTOSO, 1992).

Ocorre, entretanto, a Câmara e o presidente da província tinham opiniões divergentes sobre o mercado da farinha de mandioca. Enquanto a Câmara julgava que o controle no preço evitaria aumentos abusivos, o presidente da província considerava que os preços seriam naturalmente pressionados para baixo através da livre concorrência do mercado, ou seja, somente através da lei da oferta e da procura os preços seriam regulados e tanto os comerciantes quanto os fregueses seriam beneficiados. Todavia, pressionado pelos primeiros, o presidente determinou a suspensão da lei até que fosse examinada sua legalidade e ordenou a suspensão de cinco vereadores que não concordaram com tal decisão (REIS; AGUIAR, 1996).

A disputa pelo preço da farinha se transformou em uma grande revolta de rua, em que os populares defendiam a posição da Câmara e o controle dos preços contra a posição do Presidente. Esse motim acabou se somando ao clima de revolta já instaurado dentro no Recolhimento do Santo Nome de Jesus.

No mesmo dia em que ocorreu o motim citado, que foi motivado pela carestia, outra situação de conflito ocorria no Recolhimento do Santo Nome de Jesus: durante a missa na igreja da Santa Casa da Misericórdia pelo dia da Quaresma, a alguns metros da praça onde se localizavam a Câmara Municipal e o Palácio do governo da província, e onde se localizavam os revoltosos, gritos femininos foram ouvidos por alguns fiéis e transeuntes. Eram as recolhidas da Santa Casa que estavam sofrendo agressões físicas por ordem das Irmãs francesas e tentavam à força impedir a transferência de algumas delas, acusadas de rebeldia, para um convento (REIS, 2011; COSTA, 2001). O relato

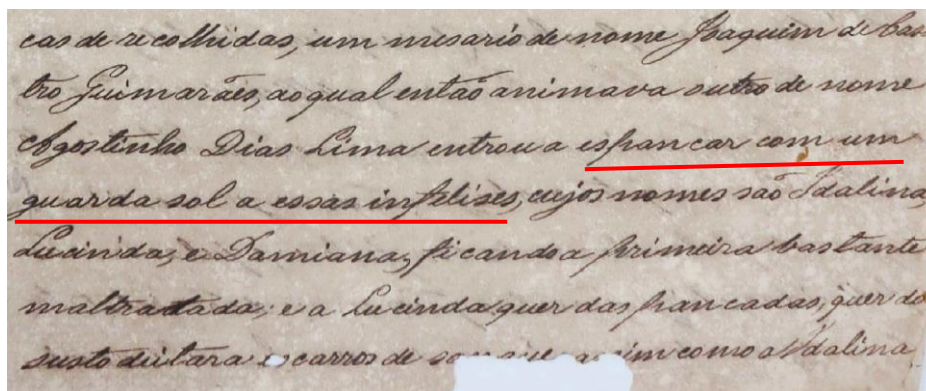
---

<sup>21</sup> **Postura:** Lei, regimento ou estatuto que são publicadas pela Câmara ou pelo Senado de uma cidade. Deliberação municipal escrita que obriga a população ao cumprimento de certos deveres de ordem pública (BELLOTO, 2002, p. 80; BLUTEAU, v. 6, 1728, p. 651).

<sup>22</sup> **Tulhas:** Vasilhas feitas de tijolo, vime ou junco que serviam para acondicionar produtos alimentícios (BLUTEAU, v. 8, 1728, p. 323).

das agressões é confirmado pelo documento ora editado, conforme ilustram os fragmentos de texto abaixo:

**Figura 9:** Agressões físicas.



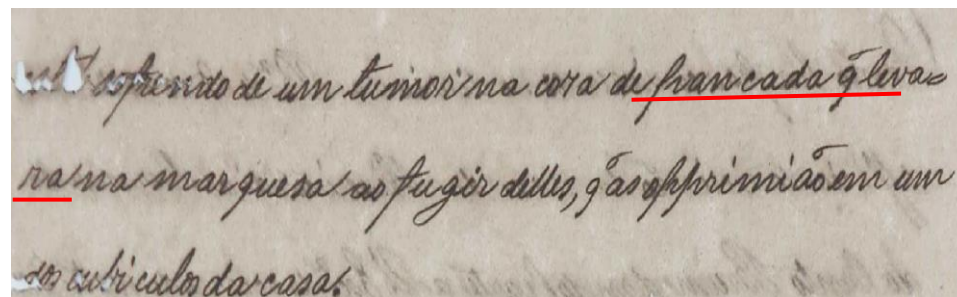
Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, f. 1r, L. 20-26.

Transcrição:

[...] cas recolhidas, um mesario de nome Joaquim de Cas-/tro Guimarães, ao qual então animava outro de nome /Agostinho Dias Lima entrou a **espancar com um/guarda sol a essas infelises**, cujos nomes saõ Idalina,/Lucinda, e Damiana., ficando a primeira bastante maltratada; e a Lucinda quer das pancadas, quer do/susto deitara [es]carros de sa[ngue], ass]im como a Idalina [...].

Fonte: Elaboração e grifo da autora.

**Figura 10:** Maus tratos às recolhidas.



Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, f. 1v, L. 1-3.

Transcrição:

[esta] sofrendo de um tumor na cara de **pancada que leva-/ra** na marquesa ao fugir delles, que as opprimiaõ em um/dos cubiculos da casa.

Fonte: Elaboração e grifo da autora.

Conforme citado por Reis (2011), algumas pessoas que passavam pela rua invadiram o Recolhimento para socorrer as internas. Uma pequena multidão que assistia à cena se juntou aos que quiseram perseguir as Irmãs e juntos começaram a gritar, “Queremos carne sem osso e farinha sem caroço”, protestando contra o presidente que anulara o decreto sobre a farinha de mandioca e contra as Irmãs. O autor ainda assinala que as jovens também tinham reclamações contra o tipo de alimentação que as Irmãs

haviam introduzido no recolhimento. Se antes tinham comida sobrando, agora só tinham a mesma carne sem osso e farinha sem caroço como o restante da população.

Em 23 de março de 1858, após saberem que no dia 09 do mesmo mês o Jornal Diário da Bahia publicou um ofício do escrivão Bernardo do Canto Brum relatando ao provedor o pedido de socorro à população, algumas mulheres resolveram denunciar ao presidente da província as precárias condições a que foram submetidas pelas Irmãs e por alguns funcionários da Instituição. Em um trecho da carta as jovens alegaram apreço ao provedor da Misericórdia, que consideravam como um pai e por isso, inicialmente, aceitavam a disciplina imposta. Entretanto, pela forma como o provedor e os outros membros da Mesa concordaram com as regras abusivas, as jovens concluíram que estavam desassistidas e por isso recorreram ao presidente da província (CARTA, 1858).

A denúncia das recolhidas expressou a revolta e aflição das jovens pelos maus tratos físicos, humilhações e preconceitos sofridos no Recolhimento, o qual partia de vários sujeitos, a exemplo do médico “Dr. Afonso que dizia em voz alta que elas eram umas ...”, do “escrivão que chamava de negra quem tinha pele escura” e do “mesário José que dizia que nós só levadas a pau”. Ainda de acordo com o relato, as jovens eram obrigadas a dormir num salão após a derrubada dos cubículos e a tomar banho sem qualquer privacidade, “como pretas da costa em bandos” (CARTA, 1858, *f. 2v.*). Ainda de acordo com a *Carta*, pela transferência do confessionário para um local deserto dentro do Recolhimento, as jovens temiam que pudessem ser assediadas sexualmente pelo novo padre lazarista. Além disso, foram proibidas de aprender a ler, de beijar as imagens dos seus santos de devoção e de rezar a missa pela alma dos benfeitores e pelas irmãs falecidas. Outras interdições foram também, receber a visita de parentes, comemorar a festa de Natal até o alvorecer e realizar pequenos afazeres domésticos, como as atividades com bordados, com papel picado e com toalhas encrespadas para ornar a Igreja e os altares. Relatam ainda na denúncia, que recebiam anualmente apenas 2 vestidos, 2 camisas, 2 lenços e 2 pares de meias, além de usarem andainas como vestimenta.

Diante desses acontecimentos, após o pedido de demissão do provedor João Mariano Wanderley, a Junta autorizou a separação das jovens consideradas rebeldes enviando-as para um novo local, sob as mesmas condições de recolhimento. As demais recolhidas assim como as menores de idade, ficaram no antigo recolhimento sob administração das Irmãs (COSTA, 2001).

## 5 EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Os documentos são de grande importância para a reconstituição da história. Através das técnicas de leitura e recuperação de textos manuscritos pela edição de textos e pela Crítica Textual, é possível continuar a transmissão da cultura escrita, favorecendo o conhecimento das práticas socioculturais, religiosas e políticas do passado.

Nesse sentido, a Crítica Textual, é interpretada como sendo “a mais nobre e a mais autêntica” maneira de se fazer Filologia (AUERBACH, 1972, p. 11), podendo, entre outras aplicações, reconstituir o texto que ao longo do tempo passa por modificações durante seu processo de transmissão, contribuindo para preservar as informações linguísticas sobre a memória de um povo e recuperar o patrimônio cultural escrito de uma civilização. As transformações pelas quais passam os textos podem ser derivadas da degradação do material onde a escrita foi inserida ou pelo próprio ato de reproduzi-lo. Para difundir um documento em uma perspectiva confiável, a Filologia, como Crítica Textual, se compromete a interpretá-lo, prepará-lo e reproduzi-lo, através da elaboração de vários tipos de edições existentes, definindo assim a que mais atende aos seus objetivos (ALMEIDA, *et al.*, 2006; CAMBRAIA, 2005; SPINA (1997).

As dificuldades de leitura em função das particularidades da escrita e a semelhança entre algumas letras, podem ocasionar erros de interpretação. Para evitar que esses equívocos aconteçam, cabe ao filólogo adotar certos critérios de leitura, os quais são estabelecidos pela Crítica Textual, que parte de uma metodologia paleográfica especificando qual o tipo de edição será utilizado, qual a finalidade e a que público alvo se destina, estabelecendo, desta maneira, uma forma correta para apresentar um documento manuscrito (CAMBRAIA, 2012; FACHIN, 2009).

Sendo assim, para o estudo da *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, documento manuscrito de testemunho único, datado do século XIX, optou-se pela realização de uma edição semidiplomática. A escolha deste tipo de edição se justifica pela sua característica conservadora, possibilitando o conhecimento dos aspectos sociais e culturais vivenciados pelas mulheres enclausuradas, descrevendo as condições social e psicológica das reclusas, e mantendo as características linguísticas do período. O estudo do documento manuscrito permite o estabelecimento de análises históricas e linguísticas, possibilitando o estudo de algumas características da grafia da época como o uso frequente de abreviaturas que, por vezes, ocasionam alguma dificuldade na leitura (SOBRAL, 2007; SPINA, 1977).

Assim, na realização de uma edição semidiplomática, devem ser mantidas a pontuação, o uso de maiúsculas e minúsculas, intervindo o editor apenas em alguns aspectos necessários, como o desenvolvimento das abreviaturas ou a conjectura de palavras ilegíveis a fim de facilitar o acesso ao texto a leitores não familiarizados com os elementos grafemáticos e recursos abreviativos (MARCOTÚLIO, *et al.*, 2018; TELLES, 2016; CAMBRAIA, 2005).

A *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, objeto desta monografia é datada de 23 de março 1858, pertencente ao acervo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, localizado na Seção de Arquivo Colonial e Provincial sob nº 5285. Escrita em suporte papel, a *Carta* foi lida por meio de uma reprodução fac-similar. É constituída por quatro fólios escritos no recto e verso, não numerados, com um total de 183 linhas de mancha escrita dispostas em uma única coluna alinhada com uma margem maior à esquerda no recto dos fólios e à direita no verso. A escrita possui traçados claros de relativa regularidade, apresentando letras maiúsculas para o início das frases e em nomes próprios, além do emprego frequente de abreviaturas. Em alguns trechos, o suporte apresenta-se com manchas, rasgaduras e corrosão pela tinta, determinando uma leitura, por vezes, com maior grau de dificuldade.

## 5.1 CRITÉRIOS PARA EDIÇÃO DO DOCUMENTO

De acordo com o proposto pela Comissão de elaboração de Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (2001) e para preservar as características do texto, próprio da edição semidiplomática, foram observados os seguintes critérios na transcrição do documento: o texto foi reproduzido linha a linha, as quais foram numeradas e contadas a partir da primeira linha do texto e informados de 5 em 5 à margem esquerda; como o documento não é numerado, foram indicados números para os fólios, entre colchetes e em itálico [*fólio 1r*]. Foram conservadas, a grafia original, as fronteiras entre palavras, as consoantes geminadas, assim como a acentuação, a pontuação e o uso de maiúsculas e minúsculas. Foram mantidas as divisões silábicas em final de linha, sinalizadas por hífens simples (-) ou duplos (=), conforme aparecem no original. Palavras ou letras conjecturadas foram colocadas entre colchetes. A inserção de uma letra na parte superior de uma palavra foi transcrita entre colchetes uncinados < >, na localização indicada. No fólio 1, linha 19, está grafada a forma “prohido” e em virtude disso realizou-se uma conjectura por

acreditar ser um lapso do *scriptor*, o que se confirma no mesmo fólho, na linha 11, quando a grafia remonta ao vocábulo latino *prohibitus*, part. passado de *prohibē*. Destaca-se, por fim, que as abreviaturas foram desdobradas, inserindo-se a parte ampliada com o uso de itálico.

## 5.2 TRANSCRIÇÃO - EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Fonte documental	Santa Casa de Misericórdia da Bahia
Localização	Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Governo da Província (1827-1871), número 5285
Assunto	<i>Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus</i>
Local	Salvador
Datação	23 de março de 1858

[fólio 1r]



Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia.

- Como ha pouco vissemos no diario da Bahia de 9 do corr[ente] [mez] officio do escripto da mesa da Misericordia Bernardo do Canto Brum, dando parte a Vossa Excelencia do ocorrido neste r[eco]lhimento no dia 28 do mez passado em virtude do grito de socorro pedido por uma das recolhidas, quando cá viera a Meza administrativa, no qual officio diz elle que nossas maneiras de viver não eraõ as melhores, vamos levar a illustrada ponderação de Vossa Excelencia a que a verdade, e a justiça mandaõ ezpor perante a primeira Authorida[de] desta Província, e nosso unico amparo, na triste situação em que nos achamos.
- Logo que chegou a Mesa, subiraõ uns para o terceiro andar, outros para o claustro, e os ultimos que foraõ o Provedor, e o Mordomo dos ezpostos demoraraõse no entrar da portaria conversando com duas mōças que até o dia 24 de Janeiro ser= viaõ nos lugares da casa da Roda e dos ezpostos. E como, segundo as falsas informações e accusações da intrusa s[u]periora irmã de caridade, deviaõ ser presas umas poucas de recolhidas, um mesario de nome Joaquim de Castro Guimarães, ao qual entaõ animava outro de nome Agostinho Dias Lima entrou a espancar com um guarda sol a essas infelises, cujos nomes saõ Idalina, Lucinda, e Damiana, ficando a primeira bastante maltratada; e a Lucinda quer das pancadas, quer do susto deitara [es]carros de sa[ngue], [ass]im como a Idalina.



[fólio 1v]

A respeito de um tumor na cara de pancada que levara  
 na marquesa ao fugir delles, que as opprimiaõ em um  
 dos cubiculos da casa.  
 Ora, Ex.º Sr.º, uma vez que o Provedor, a quem tínhamos  
 por nosso pai, nos deu boas informações sobre as irmãs  
 de caridade, estava nos todas de accordo a nos sujeitarmos em  
 q' individualmte a essa educação, q' se dizia ser para mel-  
 horarmto nosso. Porém logo q' tomaraõ conta deste reco-  
 lhimento, nos de os tumos na noite de Natal, depois da  
 Missa saudarmos as barras do dia em louvor ao Senhor  
 Deos Menino, foi nos isso prohibido, pelo que levamos toda  
 a festa do Natal em um silencioso desgosto, sem que ain-  
 da aos pedidos do Provedor e do Escrivaõ quisesse annuir  
 a intrusa superiora; e se alguma das recolhidas  
 se quixava de nos vermos privadas de festejar o  
 Senhor Deos Menino, como nos conventos das freiras  
 é tambem costume, ficava ella irada, como uma  
 víbora.  
 Foi tambem prohi[bido (pareçe incrível!) o resar-  
 mos o terço de Nossa Senhora, o officio da mesma Senhora,  
 e o da Paixaõ; assim como a adoração ao Santissimo Sacramento,  
 a Via Sacra, que temos obrigaçãõ de reger nos dias con-  
 signados pelas almas dos bemfeitores, e pelas irmãs  
 fallecidas, obrigações estas que nos mandaõ os Estatutos,  
 q' nos regem desde a criação da casa, ha mais de seculo.

[esta] sofrendo de um tumor na cara de pancada que levara na marquesa ao fugir delles, que as opprimiaõ em um dos cubiculos da casa.

- Ora, Excelentissimo Senhor, uma vez que o Provedor, a quem tínhamos
- 5 por nosso pai, nos dera boas informações sobre as irmãs de caridade, estavam todas de accordo a nos sujeitarmos, bem que indevidamente a essa educação que se dizia ser para melhoramento nosso. Porém logo que tomaraõ conta deste recolhimento, sendo costume na noite de Natal depois da
- 10 Missa saudarmos as barras do dia em louvor ao Senhor Deos Menino, foi nos isso prohibido, pelo que levamos toda a festa do Natal em um silencioso desgosto, sem que ainda aos pedidos do Provedor e do Escrivaõ quisesse annuir a intrusa superiora; e se alguma das recolhidas
- 15 se quixava de nos vermos privadas de festejar o Senhor Deos Menino, como nos conventos das freiras é tambem costume, ficava ella irada, como uma víbora.
- Foi tambem prohi[bido (pareçe incrível!) o resarmos o terço de Nossa Senhora, o officio da mesma Senhora, e o da Paixaõ; assim como a adoração ao Santissimo Sacramento, a Via Sacra, que temos obrigaçãõ de reger nos dias con-
- 20 signados pelas almas dos bemfeitores, e pelas irmãs fallecidas, obrigações estas que nos mandaõ os Estatutos,
- 25 que nos regem desde [a] [criaçãõ] da casa ha mais de seculo.

[fólio 2r]

Já tinha chegado o desespero a algumas por sua pre-  
 zida de prisão, se não entaipadas as orfãs sem poder  
 fallar um aís com seu parente nem chegar ao jante-  
 las para espazarem, apesar das grades.  
 Não podiamos ser indifferentes vendo faserem-se  
 umas prisões escuras apenas com um pequeno oculo,  
 e nos lugares do antigo Hospital onde eraõ recolhi-  
 dos os alienados; como tambem quando por pesso-  
 as da visinhança constoumos que se preparava um  
 tronco, o que todavia duvidamos não crendo que segun-  
 do dizia a supposta superiora, taes tivesse ella da  
 Meza.  
 Já tinha ella feito deitar abaixo as divisões de mui-  
 tos cubiculos, e pertendia acabar com todos, e ficar  
 a casa só com salões para dormitorios tanto das pes-  
 soas menores, como das maiores. A aula de pri-  
 meiras letras ella a desmanchou, e fez um salaõ  
 onde o padre lazariista fazia eziplicação de cathecis-  
 mo, de maneira que as meninas não aprendem mais  
 as primeiras letras.  
 Tendo nós na sala do commungatorio tres ralos para  
 a confissão ella pertendeo faser do lugar do commun-  
 gatorio uma porta, havendo outra junto que absolutamente  
 ezcusava similhante aberta. Destinou entãõ um  
 quarto mui deserto e distante de nossa habitaçaõ,

Já tinha chegado o desespero a algumas por sua pou[ca]  
 idade, pois *que* se viaõ entaipadas as orfãs sem poder  
 fallar mais com seos parentes nem chegar as janel-  
 las para espazarem, apesar das grades.

5 Não podiamos ser indifferentes vendo faserem-se  
 umas prisões escuras apenas com um pequeno oculo,  
 e nos lugares do antigo Hospital onde eraõ recolhi-  
 dos os alienados; como tambem quando por pesso-  
 as da visinhança constoumos *que* se preparava um  
 10 tronco, o *que* todavia duvidamos não crendo *que* segun-  
 do dizia a supposta superiora, taes tivesse ella da  
 Meza.

Já tinha ella feito deitar abaixo as divisões de mui-  
 tos cubiculos, e pertendia acabar com todos, e ficar  
 a casa só com salões para dormitorios tanto das pes-  
 soas menores, como das maiores. A aula de pri-  
 15 meiras letras ella a desmanchou, e fez um salaõ  
 onde o padre lazariista fazia eziplicação de cathecis-  
 mo, de maneira *que* as meninas não aprendem *mais*  
 as primeiras letras.

20 Tendo nós na sala do commungatorio tres ralos para  
 a confissão, ella pertendeo faser do lugar do commun-  
 gatorio uma porta, havendo outra junto *que* absolutamente  
 ezcusava similhante aberta. Destinou entãõ um  
 25 quarto mui deserto e distante de nossa habitaçaõ,

[fólio 2v]

1.º lá irmos confessarmos com o padre lazariſta, co-  
 mo V. Ex.ª poderá vêr, se dignar-se visitar este reco-  
 lhimento.  
 A vista pois de todas estas malfeitorias não podi-  
 5 aõ cessar nossos desgostos, embora nos esforcasse-  
 mos por tũdo soffrer para condescender-mos com  
 o Provedor, desgosto este q' muito se avivou em  
 10 uma occasiã em q' havendo o provedor man-  
 dado nos dar uns vestidos com que deviamos ir a  
 Missa e a acompanhadas por elle, a suposta  
 superiora queria que descessemos com aroupa que  
 15 tinhamos no corpo, e sem a formalidade que o pro-  
 prio provedor tinha de observar, dando se en-  
 taõ o facto de querer ella determinar ama-  
 20 nreira de cozer os vestidos sem saber, nem ain-  
 da alinhavar, quanto mais cortar.  
 Por tanto a não ser o faser prisissões, o privar-  
 mos de nossas oraçoẽs de devoçãõ e de regulamento,  
 o ameaçarnos de nos pôr na rua, o tirar  
 25 nosso confessionario, nossos cubiculos, o que-  
 rer q' dormissemos e nos lavassemos como pre-  
 tas da costa em bandos, o não beijar nossas  
 imagens, o dar na cara das crianças, o accor-  
 dalas as 4 horas da manhã para résa o obrigar-  
 mos a comer ao uso francez, o trazermos entai=

para lá irmos confessarmos como o padre lazariſta, co-  
 mo Vossa Excelencia poderá vêr, se dignar-se visitar este reco-  
 lhimento.

- A vista pois de todas estas malfeitorias não podi-  
 5 aõ cessar nossos desgostos, embora nos esforcasse-  
 mos por tudo soffrer para condescender-mos com  
 o Provedor; desgosto este que muito se avivou em  
 uma occasiã em que havendo o provedor man-  
 10 dado nos dar uns vestidos com que deviamos ir a  
 Missa e a acompanhadas por elle, a suposta  
 superiora queria que descessemos com aroupa que  
 tinhamos no corpo, e sem a formalidade que o pro-  
 prio provedor tinha de observar, dando se en-  
 15 taõ o facto de querer ella determinar ama-  
 neira de cozer os vestidos sem saber, nem ain-  
 da alinhavar, quanto mais cortar.  
 Por tanto a não ser o faser prisissões, o privar-  
 mos de nossas oraçoẽs de devoçãõ e de regulamento,  
 20 o ameaçarnos de nos pôr na rua, o tirar  
 nosso confessionario, nossos cubiculos, o que-  
 rer que dormissemos e nos lavassemos como pre-  
 tas da costa em bandos, o não beijar nossas  
 imagens, o dar na cara das crianças, o accor-  
 25 dalas as 4 horas da manhã para résa o obrigar-  
 nos a comer ao uso francez, o trazermos entai=

[fº 3r]

padas, e privar q' ou parentes, ou moças q' foraõ da  
 casa, viessem visitarnos, ou fallar-nos, excepto em  
 um dia consignado cada mez, ou cada sema-  
 na, anão ser isso, e ensinar mal a sua lin-  
 gua, não vemos q' educação nos virião de  
 irmãs de caridade.  
 Entre tanto q' entre nós ha quem saiba faser  
 flores, tendo aprendido por mandado da admi-  
 nistração em conventos de freiras.  
 Por nós é feito tudo q' é bordado, papéis picados,  
 toalhas encrespadas, as flores com q' se orna a  
 Igreja, as toalhas dos altares, as alvas, os amitos,  
 e tudo o mais. Quanto a padres temos a colle-  
 giada de 9 sacerdotes, não precisamos de padre  
 lazarista para nos explicar cathecismo, nem nos  
 confessar em um quarto deserto.  
 Se no dia da posse nova não apresentamos [pren-]  
 das, é por que além de nunca haver este costume,  
 vivemos occupadas todo o anno com a roupa do  
 hospital tanto nova, como em concertos; eo tem-  
 po que nos resta e para fasermos algumas costuras,  
 e termos alguns vintens para pagarmos nossa rou-  
 pa lavada, e das meninas que se achaõ a nosso cargo,  
 pois somos obrigadas atrata-las como nossas filhas,  
 a casa dá todos os annos somente 2 vestidos, 2 camisas,

- padas, o privar que ou parentes, ou moças que foraõ da  
 casa, viessem visitarnos, ou fallar-nos, excepto em  
 um dia consignado cada mez, ou cada sema-  
 na, anão ser isso, e ensinar mal a sua lin-  
 5 gua, não vemos que educação nos vinhaõ [dess]as  
 irmãs de caridade.  
 Entre tanto que entre nós ha quem saiba faser  
 flores, tendo aprendido por mandado da admi-  
 nistração em conventos de freiras.  
 10 Por nós é feito tudo que é bordado, papéis picados,  
 toalhas encrespadas, as flores com que se ornaa  
 Igreja, as toalhas dos altares, as alvas, os amitos,  
 e tudo o mais. Quando a padres temos colle-  
 giada de 9 sacerdotes, não precisamos de padre  
 15 lazarista para nos explicar cathecismo, nem nos  
 confessar em um quarto deserto.  
 Se no dia da posse nova não apresentamos [pren-]  
 das, é por que além de nunca haver este costume,  
 vivemos occupadas todo o anno com a roupa do  
 20 hospital tanto nova, como em concertos; eo tem-  
 po que nos resta e para fasermos algumas costuras,  
 e termos alguns vintens para pagarmos nossa rou-  
 pa lavada, e das meninas que se achaõ a nosso cargo,  
 25 pois somos obrigadas atrata-las como nossas filhas,  
 a casa dá todos os annos somente 2 vestidos, 2 camisas,

[fº 3v]

2 lenços, 2 pares de meias, e na prevedoria do Senhor  
 Arcibispo mandou-se dar entã quatro andai=

nas, *por* não chegarem as duas para um anno.  
 Estes trabalhos com os das obras de *que* já falla=

5 mos, as quaes as irmãs de caridade não sa=
 bem faser, nos dispensaõ de *mais* diser em
 nosso favor ante a illustraçã e bom cora=
 çãõ de Vossa Excelencia.

10 Pelo *que* nenhuma rasaõ tem os mezarios da
 Misericordia de passarem de nossos pais a
 ser nos padrastrõs, e taõ maus padrastrõs, co=
 mo o Escrivaõ Canto Brum, e o dito Guimaraẽs,
 já nos maltratando de palavras, como o me=
 zario José Augusto Pereira de Mattos disendo *que*

15 nós só levadas a pau, o mesario Doutor Affonso
 de Carvalho em altas voses *que* as recolhidas
 eraõ umas... e o Escrivaõ tratando a uma de
 negra *por* ser de côr escura. [letra riscada] Convindo ezceptu=
 ar aqui o mezario ez-thesoureira Corrêa de Sá,

20 e ainda o mo<r>domo Emigdio, aquelle *por* ser
 sempre opposto a vin da das ditas irmãs de
 caridade, e este pela sua brandura *para* com nosco.
 Menos razaõ tem ameza de querer apartarnos
 da caza *que* nos deixou nosso pai fundador

25 João de Mattos para lançarnos em uma

2 lenços, 2 pares de meias, e na prevedoria do Senhor
 Arcibispo mandou-se dar entã quatro andai=
 nas, *por* não chegarem as duas para um anno.
 Estes trabalhos com os das obras de *que* já falla=
 5 mos, as quaes as irmãs de caridade não sa=
 bem faser, nos dispensaõ de *mais* diser em
 nosso favor ante a illustraçã e bom cora=
 çãõ de Vossa Excelencia.

10 Pelo *que* nenhuma rasaõ tem os mezarios da
 Misericordia de passarem de nossos pais a
 ser nos padrastrõs, e taõ maus padrastrõs, co=
 mo o Escrivaõ Canto Brum, e o dito Guimaraẽs,
 já nos maltratando de palavras, como o me=
 zario José Augusto Pereira de Mattos disendo *que*

15 nós só levadas a pau, o mesario Doutor Affonso
 de Carvalho em altas voses *que* as recolhidas
 eraõ umas... e o Escrivaõ tratando a uma de
 negra *por* ser de côr escura. [letra riscada] Convindo ezceptu=
 ar aqui o mezario ez-thesoureira Corrêa de Sá,

20 e ainda o mo<r>domo Emigdio, aquelle *por* ser
 sempre opposto a vin da das ditas irmãs de
 caridade, e este pela sua brandura *para* com nosco.
 Menos razaõ tem ameza de querer apartarnos
 da caza *que* nos deixou nosso pai fundador

25 João de Mattos para lançarnos em uma

[fº 4r]

casa particular. Que crimes commetemos nós, Excelentissimo  
 Senhor, para sahirmos da nossa caza? Em que viola  
 mos as regras, eos estatutos que nos regem? Em que  
 lei está que devamos supportar os iníquos tratamentos  
 5 de irmãs de caridade, que nada tem que nos ensi-  
 nar? Antes sabemos nós muitas cousas para ensi-  
 nar a ellas. Que consideração se nos dará  
 mettidas nós em uma casa sem forma al-  
 guma de um recolhimento religioso, sem exte-  
 10 rior algum de respeito nestes tempos de tan-  
 ta irreverencia?  
 Excententissimo Senhor, digne se Vossa Excelencia lançar sobre nós  
 os seos olhos de protecção e amparo, não consen-  
 tindo em nosso aviltamento, e perigo contra nos-  
 15 sa honra. Digne se Vossa Excelencia vir a esta casa,  
 vêr o que fiserão as ditas irmãs de caridade,  
 e ouvirnoss pessoalmente. Verá Vossa Excelencia <a> espanca-  
 das pelos referidos mezarios do que é testemunha  
 o Doutor Sebraõ, medico do hospital que logo no outro  
 20 dia veio vêr a recolhida Idalina; Vinde Vossa  
 Excelencia, vinde vêr estas desamparadas, a quem  
 se quer reduzir a servas de pessoas estranhas,  
 que nenhum interesse podem ter por nós, e nada  
 sabem que possamos aproveitar, antes nos pri-  
 25 vavaõ daquillo que nos estatutos ordenaõ embe-

casa particular. Que crimes commetemos nós, Excelentissimo  
 Senhor, para sahirmos da nossa caza? Em que viola  
 mos as regras, eos estatutos que nos regem? Em que  
 lei está que devamos supportar os iníquos tratamentos  
 5 de irmãs de caridade, que nada tem que nos ensi-  
 nar? Antes sabemos nós muitas cousas para ensi-  
 nar a ellas. Que consideração se nos dará  
 mettidas nós em uma casa sem forma al-  
 guma de um recolhimento religioso, sem exte-  
 10 rior algum de respeito nestes tempos de tan-  
 ta irreverencia?

Excententissimo Senhor, digne se Vossa Excelencia lançar sobre nós  
 os seos olhos de protecção e amparo, não consen-  
 tindo em nosso aviltamento, e perigo contra nos-  
 15 sa honra. Digne se Vossa Excelencia vir a esta casa,  
 vêr o que fiserão as ditas irmãs de caridade,  
 e ouvirnoss pessoalmente. Verá Vossa Excelencia <a> espanca-  
 das pelos referidos mezarios do que é testemunha  
 o Doutor Sebraõ, medico do hospital que logo no outro  
 20 dia veio vêr a recolhida Idalina; Vinde Vossa  
 Excelencia, vinde vêr estas desamparadas, a quem  
 se quer reduzir a servas de pessoas estranhas,  
 que nenhum interesse podem ter por nós, e nada  
 sabem que possamos aproveitar, antes nos pri-  
 25 vavaõ daquillo que nos estatutos ordenaõ embe-

[fº 4v]

nef[ic]io nosso, e das almas de nossas companhei-  
 ras, e dos nossos benefiteiros. O paternal éter-  
 no coração de Vossa Excelencia seja o remédio a nossos  
 males contra os caprichos de nossos gratui-  
 tos oppressores.  
 Bahia 23 de Março de 1858.  
 As Recolhidas da casa da S.ª Misericordia.

nef[ic]io nosso, e das almas de nossas companhei-  
 ras, e dos nossos benefiteiros. O paternal éter-  
 no coração de Vossa Excelencia seja o remédio a nossos  
 males contra os caprichos de nossos gratui-  
 tos oppressores.

Bahia 23 de Março de 1858.

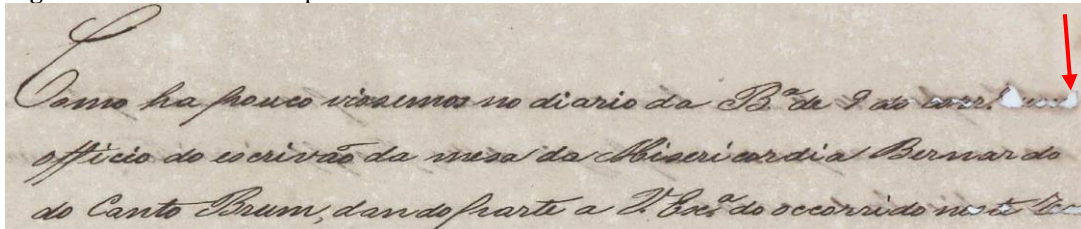
As Recolhidas da casa da Santa Misericordia.

### 5.3 ASPECTOS CODICOLÓGICOS, PALEOGRÁFICOS E DIPLOMÁTICOS

Os documentos manuscritos, sob diversos aspectos, apresentam certas dificuldades em sua leitura. A descrição dos aspectos codicológicos, paleográficos e diplomáticos, tais como a autenticidade através dos estudos sobre o tipo da tinta e do papel, os elementos constitutivos da escrita, o tipo caligráfico utilizado no período ou as datações, possibilitam uma compreensão mais clara do documento sem ocasionar erros na interpretação do conteúdo.

Tratando-se dos aspectos codicológicos, a qualidade do suporte e das tintas, a degradação natural dos documentos pela ação do tempo, agravada pela má conservação, são frequentemente os motivos de muitas lacunas durante a transcrição de um documento manuscrito. Nas imagens abaixo, notam-se algumas marcas de deterioração do suporte, cujo dano se deve possivelmente à corrosão pela tinta (fig. 11), as rasgaduras (fig. 12) e as manchas características de umidade no ângulo superior dos *fólios*, o que compromete um pouco a leitura. Observa-se ainda, a inserção posterior de uma nota, possivelmente a lápis, à margem esquerda inferior do fólio 1 recto (fig. 13), e o reflexo da escrita no verso dos *fólios* (fig. 14), entretanto, por ser um fac-símile, não se pode afirmar se o reflexo é provocado pela ação da tinta ou pela má qualidade do papel.

**Figura 11** – Corrosão do suporte



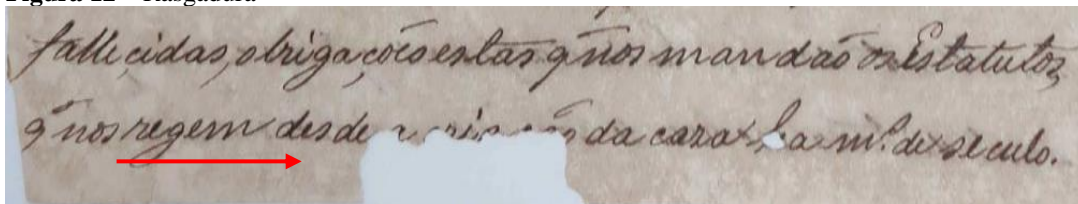
Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 1r, L. 2-4.

Transcrição:

Como ha pouco vissemos no diario da Bahia de 9 do corrente [mez]/officio do escriptão da mesa da Misericordia Bernardo/do Canto Brum, dando parte a Vossa Excelencia do ocorrido neste r[eco] [...].

Fonte: Elaboração da autora.

**Figura 12** – Rasgadura



Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 1r, L. 2-4.

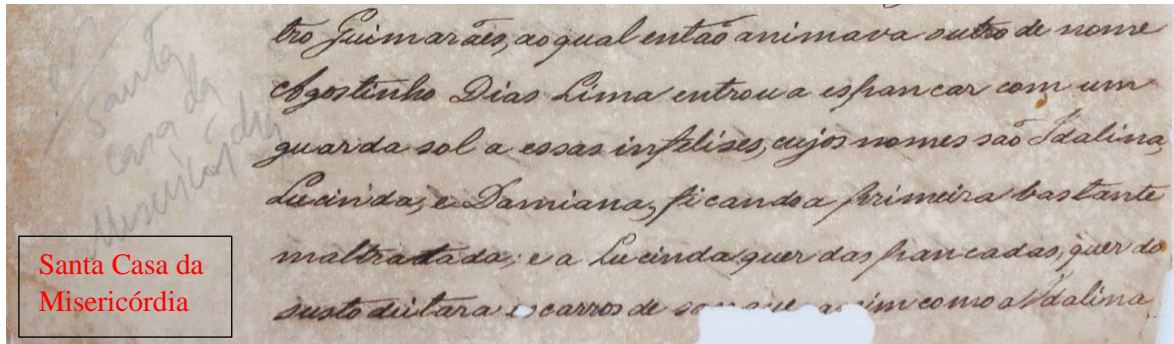


Transcrição:

[...] fallecidas, obrigações estas *quenos mandaõ os Estatutos, /que nos regem desde [a criaçãõ]* da caza há *mais* de seculo.

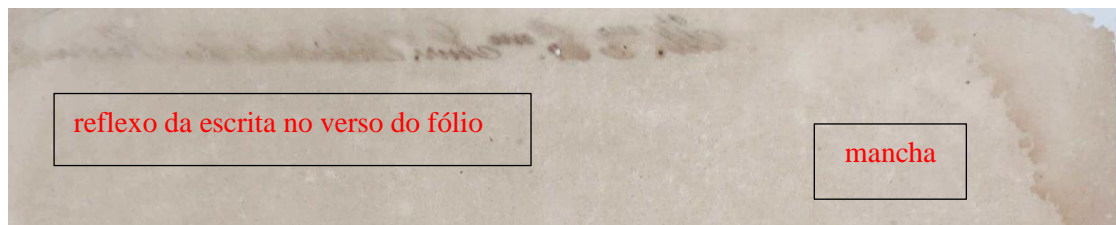
Fonte: Elaboração da autora.

**Figura 13** – Escrita posterior a lápis.



Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 1r, entre as linhas 22-24.

**Figura 14** – Mancha no suporte e reflexo da escrita.

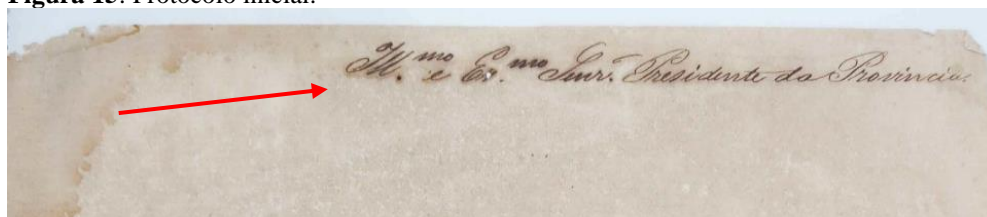


Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 1r.

Os aspectos diplomáticos são definidos pela forma como o documento se apresenta, ou seja, os elementos extrínsecos, que compõem o texto, como o tipo de escrita, os sinais especiais, tanto do *scriptor* quanto dos signatários, se houver, e os elementos intrínsecos que integram o modo como o texto se apresenta, o protocolo inicial ou cabeçalho que indica a destinação da mensagem, o conteúdo do texto e o protocolo final ou escatocolo, apresentando a saudação final e às vezes, a datação, o local e a assinatura (DURANTI, 2015).

No *corpus* ora editado, destaca-se no protocolo inicial a invocação *Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor*, como indicação do destinatário, localizada no ângulo superior direito e a datação e subscrição no protocolo final ou escatocolo.

**Figura 15:** Protocolo inicial.



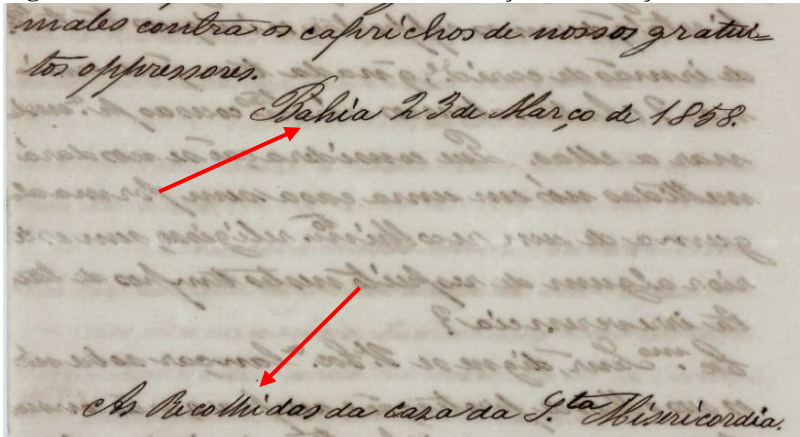
Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 1r, L. 1.

Transcrição:

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente da Província*

Fonte: Elaboração da autora.

**Figura 16:** Protocolo final ou escatocolo. Datação e subscrição da assinatura.



Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 4v, L. 6-7.

Transcrição:

[...] males contra os caprichos de nossos gratui=tos opressores.

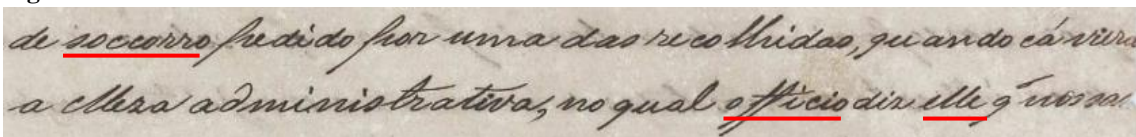
Bahia 23 de Março de 1858

As recolhidas da casa da Santa Misericordia.

Fonte: Elaboração da autora.

Do ponto de vista dos aspectos paleográficos, observam-se alguns aspectos característicos dos usos do período, tais como a ocorrência de consoantes dobradas, a divisão silábica em finais de linha feita com um ou dois traços, a utilização do til (~) na última letra do ditongo nasal e as abreviaturas que serão tratadas em subsecção específica.

**Figura 17:** Consoantes dobradas.



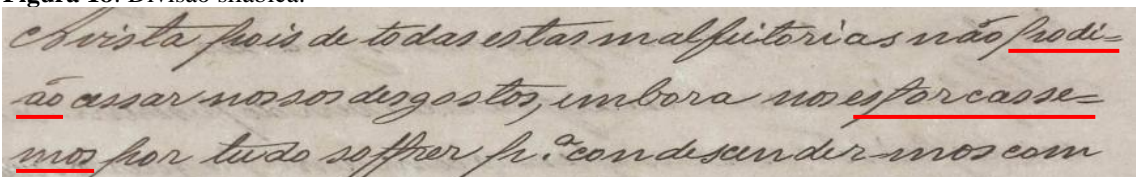
Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 1r, L. 6-7

Transcrição:

[..] de **socorro** pedido por uma das recolhidas, quando cá viera/a Meza administrativa, no qual o **officio** diz **elle** que nossas [...].

Elaboração e grifo da autora.

**Figura 18:** Divisão silábica.



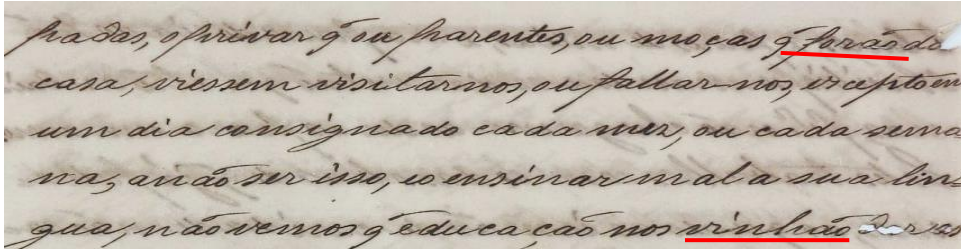
Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 2v, L. 4-6.

Transcrição:

A vista pois de todas estas malfeitorias não **pod**i=**ã**o cessar nossos desgostos, embora nos **esforçasse**-**mos** por tudo soffrer *para* condescendermos com [...].

Elaboração e grifo da autora.

**Figura 19** – Acentuação do ditongo nasal.



Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 3r, L. 1-5.

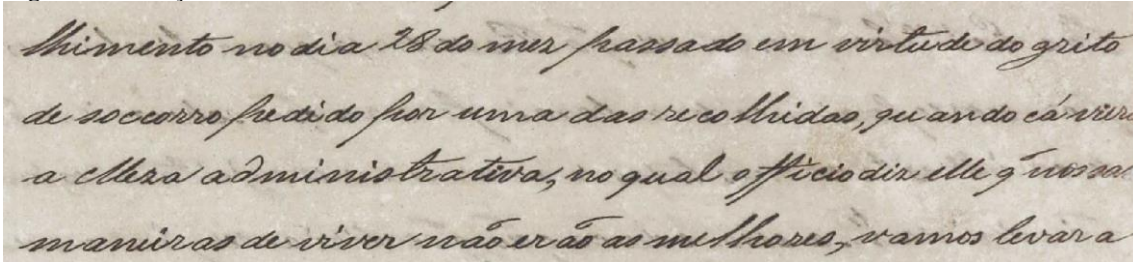
Transcrição:

[...] padas, o privar *que* ou parentes, ou moças *que* **foraõ** da casa, viessem visitarnos, ou fallarnos, excepto em um dia consignado cada mez, ou cada sema-/na, anaõ ser isso, eo ensinar mal a sua lin=**gua**, naõ vemos *que* educação nos **vinhaõ** [dess]as [...].

Elaboração e grifo da autora.

De modo geral, observa-se, como destacado na imagem abaixo, uma escrita relativamente uniforme com as letras levemente inclinadas à direita obedecendo às linhas imaginárias do suporte:

**Figura 20** - Traçado das letras.







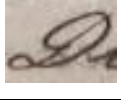

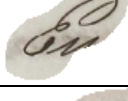

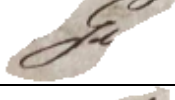



Fonte: Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, fº 1r, L. 5-8.

Transcrição:

[...] lhimento no dia 28 do mez passado em virtude do grito/de socorro pedido por uma das recolhidas, quando cá viera/a Meza administrativa, no qual officio diz elle *que* nossas maneiras de viver naõ eraõ as melhores, vamos levar a [...].

Fonte: Elaboração da autora.

Outra característica muito comum na época é o emprego de letras maiúsculas elegantes, demonstrando a habilidade do *scriptor*, pelo elegante traçado das letras e uso de maiúsculas mais elaboradas, conforme apresentado no **Quadro 1** abaixo:

LETRA	IMAGEM	LINHA	LETRA	IMAGEM	LINHA
B		f <sup>o</sup> 4v, L. 6	L		f <sup>o</sup> 1r, L. 12
C		f <sup>o</sup> 1r, L. 2	M		f <sup>o</sup> 3v, L. 15
D		f <sup>o</sup> 2, L. 11	P		f <sup>o</sup> 2v, L. 7
E		f <sup>o</sup> 3r, L. 7	Q		f <sup>o</sup> 4r, L.1
G		f <sup>o</sup> 1r, L. 21	R		f <sup>o</sup> 1r, L. 16
J		f <sup>o</sup> 1r, L. 20	T		f <sup>o</sup> 2r, L. 21

Fonte: Elaboração da autora

Por fim, foram observados durante a leitura e análise dos manuscritos, algumas outras características dos usos do período: a) A utilização indistinta dos grafemas <s> ou <z> em um mesmo contexto, como em *mesa* (f<sup>o</sup> 1r, L. 3), *Meza* (f<sup>o</sup> 2r, L. 12), *casa* (f<sup>o</sup> 1v, L. 3) e *caza* (f<sup>o</sup> 1v, L. 25); b) O emprego do grafema <o> em ditongos /ew/, como em *seos* (f<sup>o</sup> 2r, L. 3) e *Deos* (f<sup>o</sup> 1v, L. 16); e, c) A ausência de fronteiras entre algumas palavras, como em *anaõ* (f<sup>o</sup> 3r, L. 4), ou a existência de fronteiras entre outras, como em *de mais* (f<sup>o</sup> 3v, L. 6).

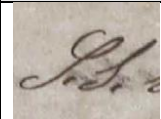
#### 5.4 ABREVIATURAS: RELAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Diversos elementos podem dificultar a leitura e a transcrição de documentos manuscritos, dentre eles, o emprego de abreviaturas, recurso muito utilizado em textos escritos para representar as palavras de forma reduzida e, principalmente para economizar a tinta, o tempo de escrita e o espaço no suporte. Sobral (2007) assinala a importância de se conhecer o sistema de abreviaturas que contribui para o resgate da história e cultura dos povos.

Entretanto, a autora assinala que o uso de abreviaturas em textos manuscritos tem uma relação antagônica hoje, tendo em vista que se no passado possibilitou uma escrita mais rápida, hoje dificulta a leitura paleográfica, requerendo, por vezes, a utilização de glossários ou o trabalho de especialistas na decifração da escrita.

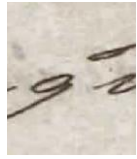
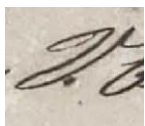
No *corpus* em questão, foram decifradas 122 abreviaturas, das quais 60 correspondem às abreviaturas por letras sobrepostas, 61 por suspensão ou apócope, e apenas uma por sigla, demonstrando o que já é conhecido acerca da escrita do período, a prevalência das abreviaturas por letras sobrepostas que consistem em colocar uma letra ou sílaba final em expoente na palavra que se quer abreviar. Para o seu desenvolvimento indicam-se as letras suprimidas em itálico, por exemplo, m<sup>s</sup> (*mais*) e m<sup>ma</sup> (*mesma*). Consideradas por muitos autores como um tipo de abreviatura por suspensão, a sigla é o processo mais antigo de abreviação e consiste em representar a palavra com a letra inicial, seguida de um ponto. A repetição da letra, uma das características da abreviatura por sigla, pode significar o plural ou o superlativo, como se vê no destaque abaixo (Quadro 2). O uso desse sistema abreviativo atravessou o tempo, permanecendo até os dias atuais. A abreviatura por suspensão ou apócope forma-se a partir da supressão das letras mediais ou finais do vocábulo, como por exemplo, em porq. (*porque*) (FLEXOR, 2008; MEGALE; TOLEDO NETO, 2005; SPINA, 1977).

**Quadro 2:** Abreviatura por sigla.

IMAGEM	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DESENVOLVIMENTO
	S.S.	fº 1v, L. 21	<i>Santissimo</i>

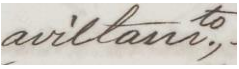
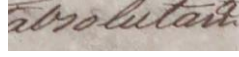
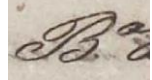
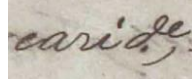
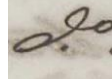
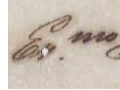
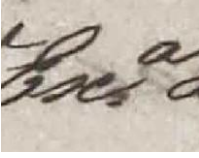
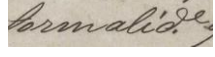

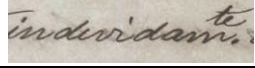
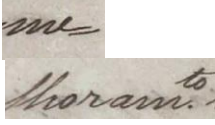
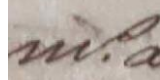
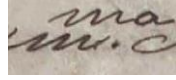
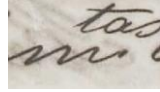
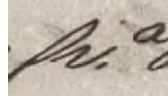
Fonte: Elaboração da autora.

**Quadro 3 -** Abreviatura por suspensão ou apócope.

IMAGEM	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DESENVOLVIMENTO
	q̄	fº 1r, L. 7, 14, 16; fº 1v, L. 1, 2, 4, 7(2x), 8, 11, 12, 22, 24, 25; fº 2r, L. 2, 9, 10(2x), 19, 23; fº 2v, L. 7, 8, 9, 11(2x), 12, 21; fº 3r, L. 1(2x), 5, 7, 10, 11, 21, 23; fº 3v, L. 4, 9, 14, 16, 24; fº 4r, L. 2, 3(2x), 4, 5(2x), 16, 18, 19, 23, 24, 25;	<i>que</i>
	V.	fº 1r, L. 4, 9; fº 2v, L. 2; fº 3v, L. 8; fº 4r, L. 12, 15, 17, 20; fº 4v, L. 3;	<i>Vossa</i>

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 4: Abreviatura por letra sobreposta ou sobrescrita.

IMAGEM	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DESENVOLVIMENTO
	aviltam <sup>to</sup>	f <sup>o</sup> 4r, L. 14;	aviltamento
	absolutam <sup>te</sup>	f <sup>o</sup> 2r, L. 23;	absolutamente
	B. <sup>a</sup>	f <sup>o</sup> 1r, L. 2;	Bahia
	cari <sup>de</sup>	f <sup>o</sup> 1v, L. 6; f <sup>o</sup> 3v, L. 22; f <sup>o</sup> 4r, L. 5;	caridade
	d. <sup>o</sup>	f <sup>o</sup> 3v, L. 12;	dito
	Ex. <sup>mo</sup>	f <sup>o</sup> 1r, L. 1; f <sup>o</sup> 1v, L. 4; f <sup>o</sup> 4r, L. 1, 12;	Excelentissimo
	Ex. <sup>a</sup>	f <sup>o</sup> 1r, L. 4, 9; f <sup>o</sup> 2v, L. 2; f <sup>o</sup> 3v, L. 8; f <sup>o</sup> 4r, L. 12, 15, 17, 21; f <sup>o</sup> 4v, L. 3;	Excelencia
	formali <sup>de</sup>	f <sup>o</sup> 2v, L. 12;	formalidade
	Ill. <sup>mo</sup>	f <sup>o</sup> 1r, L. 1;	Illustrissimo
	indevidam. <sup>te</sup>	f <sup>o</sup> 1v, L. 7;	indevidamente
	melhoram. <sup>to</sup>	f <sup>o</sup> 1v, L. 8;	me- lhoramento
	m. <sup>s</sup>	f <sup>o</sup> 1v, L. 25; f <sup>o</sup> 2r, L. 19; f <sup>o</sup> 3v, L. 6;	mais
	m. <sup>ma</sup>	f <sup>o</sup> 1v, L. 20;	mesma
	m. <sup>tas</sup>	f <sup>o</sup> 4r, L. 6;	muitas
	pr. <sup>a</sup>	f <sup>o</sup> 1r, L. 13, 14; f <sup>o</sup> 2r, L. 15, 21; f <sup>o</sup> 2v, L. 1, 6, 24; f <sup>o</sup> 3r, L. 15, 21, 22; f <sup>o</sup> 3v, L. 22; f <sup>o</sup> 4r, L. 2, 7;	para

	q. <sup>r</sup>	f <sup>o</sup> 4r, L. 22;	quer
	Per. <sup>a</sup>	f <sup>o</sup> 3v, L. 14;	Pereira
	pessoalm. <sup>te</sup>	f <sup>o</sup> 4r, L. 17;	pessoalmente
	p. <sup>s</sup>	f <sup>o</sup> 3r, L. 24;	pois
	p. <sup>r</sup>	f <sup>o</sup> 2v, L. 10; f <sup>o</sup> 3r, L. 8, 18; f <sup>o</sup> 3v, L. 3, 18, 20;	por
	q. <sup>to</sup>	f <sup>o</sup> 2v, L. 16;	quanto
	regulam <sup>to</sup>	f <sup>o</sup> 2v, L. 18;	regulamento
	recolhim <sup>to</sup>	f <sup>o</sup> 4r, L. 9;	recolhimento
	sacram <sup>to</sup>	f <sup>o</sup> 1v, L. 21;	sacramento
	Senr. <sup>a</sup>	f <sup>o</sup> 1v, L. 20;	Senhora
	S <sup>ta</sup>	f <sup>o</sup> 4v, L. 7;	Santa
	som <sup>te</sup>	f <sup>o</sup> 3r, L. 25;	somente
	tratam <sup>tos</sup>	f <sup>o</sup> 4r, L. 4;	tratamentos

Fonte: Elaboração da autora.

## 5.5 GLOSSÁRIO

As palavras que constituem o sistema lexical de uma língua possibilitam conhecer a história social e cultural de um povo. Palavras desconhecidas e cujo significados são de difícil compreensão, muitas vezes impossibilitam o entendimento dos textos. Como fonte de consultas, pode-se recorrer a dicionários etimológicos, aos dicionários históricos ou a outros glossários que permitem reconstruir as palavras que sofreram modificações ao longo do tempo, seja na grafia como no sentido, até chegarem à forma como se apresenta no documento. O glossário contribui, assim, para explicar os significados e os usos de vocábulos antigos,

oferecendo de forma abrangente, tanto ao pesquisador da língua portuguesa quanto ao leitor não especializado, uma maior contextualização tanto de caráter linguístico, quanto histórico (MURAKAWA, 2014; ABBADE, 2012).

Glossários, dicionários e vocabulários, apesar de conteúdos similares possuem algumas especificidades que os diferenciam. Enquanto o glossário é um instrumento lexicográfico de pequeno ou de médio porte, relacionado a uma temática específica, abarcando acervos delimitados e utilizando recortes temporais de uma língua para descrever seus significados e contextos, o dicionário agrupa um maior número de palavras com temáticas diversas se constituindo entre termos técnicos-científicos, literários, regionalismos e outros. O vocabulário, por sua vez, aborda o léxico de um universo de discurso, seja relativo a línguas de especialidades, ou aquele utilizado por uma dada comunidade, por um autor específico ou ainda em dada obra, desempenhando um importante papel na transmissão do significado de suas unidades lexicais (XAVIER, 2011; BARBOSA, 2001; BIDERMAN, 1996).

Desse modo, para confecção dos verbetes e como forma de facilitar a leitura do texto editado referente à *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus* e visando fornecer informações para estudiosos de várias áreas disciplinares, julgou-se útil integrar à edição semidiplomática um glossário com as expressões utilizadas no documento editado.

O período de uso das *lexias*<sup>23</sup> no referido documento remonta ao século XVIII e ao longo do tempo os conceitos de algumas delas vão assumindo significados distintos em relação ao contexto em que se encontram, principalmente para um público leigo e não familiarizado com a linguagem da época.

Para destacar a importância do glossário, destacam-se as *lexias*, *alva*, *amito* e *andaina*, a partir das quais se pode observar as diferentes acepções que podem assumir, de acordo com a época e o contexto, e que o glossário localiza no contexto do documento. *Alva*, diferente do que se observa no documento editado, também tem o sentido de “o despontar do dia, o princípio do crepúsculo que dura até o aparecimento do sol, a parte branca do olho”; *Amito* ou *amita*, tem também o sentido de um tipo de “mineral em forma de grão”; e, *Andaina* ou *andana*, possui a acepção de um “conjunto de objetos colocados horizontalmente em fileira e todas as peças do vestuário, principalmente do homem”<sup>24</sup>, entre outros contextos de uso. É importante destacar

<sup>23</sup> **Lexia**: ou unidade lexical, é a unidade mínima do léxico. Pode ser **simples** (aula, chá, mar), ou **complexa** (guarda-chuva, pé de cana) (VILELA, 1994).

<sup>24</sup> FONTINHA, Rodrigo. Novo dicionário etimológico da língua portuguesa. Editorial Domingos Barreira. Porto. Portugal. 1980. p. 115, 130 e 143.



que as mudanças semânticas pelas quais passaram as lexias estudadas, estão relacionadas à formação histórica e cultural de comunidades linguísticas e suas especificidades. A sistematização desses verbetes contribui para compreensão das relações que se estabeleciam entre a Igreja e a sociedade a partir do melhor entendimento do documento editado.

Alguns critérios já consagrados foram utilizados para que se possam compreender os conteúdos linguístico e histórico das lexias em destaque, a saber: indicação da entrada em negrito, a classe gramatical sinalizada por abreviaturas, tais como adjetivo (adj.), substantivo feminino e masculino (s.m. e s.f.) e verbo (v). Em seguida, a etimologia, o significado e o contexto onde a entrada está inserida, acompanhada de informações bibliográficas (MURAKAWA, 2014).

**Alienados** – s. m. – [do lat. *alienare*]. Termo com que se designa dos doentes mentais à época. Falta de entendimento, juízo (SILVA, v. 1, 1789. p. 95).

[...] umas prisões escuras apenas com um pequeno oculo/e nos lugares do antigo Hospital onde eraõ recolhi-/dos os **alienados** [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 2r, L. 6-8.

**Alvas** – s. f. [do lat. *alba*]. Vestidura sacerdotal de pano de linho, que chega até o chão (BLUTEAU, v. 1, 1728, p. 304).

**Amitos** – s. m. [do lat. *amicire*]. Vestidura sacerdotal (BLUTEAU, v. 1, 1728, p. 336).

Por nós é feito tudo *que* é bordado, papeis picados,/toalhas encrespadas, as flores com *que* se ornaa/Igreja, as toalhas dos altares, as **alvas**, os **amitos**/e tudo o mais. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 3r, L. 10-13.

**Andainas** – s. f. Conjunto de peças do vestuário feitas do tecido usado em velas de embarcação (FIGUEIREDO, 1913. p. 124; BLUTEAU, v. 1, 1728, p. 366).

[...] 2 lenços, 2 pares de meias, e na prevedoria do Senhor Arcibispo mandou-se dar entã quatro **andai=nas**, por não chegarem as duas para um anno. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 3v, L. 1-3.

**Claustro** – s. m. [do lat. *claustru*]. Pátio quadrado e descoberto com galerias ou lances de arcos ao redor, sustentado por colunas ou pilares (BLUTEAU, v. 2, 1728, p. 240).

Logo que chegou a Mesa, subiraõ uns *para* o terceiro andar,/outros *para* o **claustro**, e os ultimos *que* foraõ o Provedor [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 1r, L. 13-14.

**Cubículos** – s. m. [do lat. *cubiculu*]. Cella de religioso, aposento (BLUTEAU, v. 2, 1728, p. 627).

Ja tinha ella feito deitar abaixo as divisões de mui-/tos **cubiculos**, e pertendia acabar com todos, e ficar [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 2r, L. 13-14.

**Entaipadas** – vb. [do árabe]. (corrupto de tapia – taipa). Enclausuradas em casa de parede taipa, casa estreita (BLUTEAU, v. 8, 1728, p. 17).

Já tinha chegado o desespero a algumas por sua po[uca]/idade, pois *que* se viaõ **entaipadas** as orfãs sem poder/fallar mais com seos parentes nem chegar as jane-/llas [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 2r, L. 1-4.

**Iníquos** – adj. [do lat. *iniquus, a, ion*]. Injusto, mau (BLUTEAU, v. 4, 1728, p. 138).

[...] lei está *que* devamos supportar os **iníquos** tratamentos/de irmãs de caridade, *que* nada tem *que* nos ensi=[...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 4r, L. 4-5.

**Intrusa** – adj. [do lat. *intrusus*]. Pessoa ilegalmente empossada ou investida em um cargo sem qualidade para tal (FIGUEIREDO, 1913, p. 1121).

[...] a festa do Natal em um silencioso desgosto, sem *que* ain/da aos pedidos do Provedor e do Escrivaõ quisesse annuir/a **intrusa** superiora; e se alguma das recolhidas/se quixava de nos vermos privadas de festejar o [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 1v, L. 12-15.

**Lazarista** – adj. (de Lázaro). Membro da ordem religiosa fundada por São Vicente de Paulo, composta por padres seculares e leigos (FIGUEIREDO, 1913, p. 1176).

[...] e fez um salaõ/onde o padre **lazarista** fazia esplançaõ de cathesis-/mo, de maneira *que* as meninas não aprendem *mais/as* primeiras letras. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 2r, L. 17-20.

**Marquesa** – adj. (de marquês). [do baixo lat. *marchensis*]. Espécie de cadeira com assento de palhinha (SILVA, v. 2, 1913, p. 272).

[...] sofrendo de um tumor na cara de pancada *que* leva-/ra na **marquesa** ao fugir delles, *que* as opprimiaõ em um/dos cubiculos das casas. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 1v, L. 1-3.

**Figura 21:** Marquesa



Fonte: Flexor (2003)

**Mordomo** – s. m. [do lat. *maior* + *domus*]. O que rege e administra os bens de confrarias ou irmandades. Antigo official de justiça, encarregado de citações e execuções (FIGUEIREDO, 1913, p. 1343; SILVA, v. 2, 1789, p. 318).

[...] outros *para* o claustro, e os ultimos *que* foraõ o Provedor, eo **Mor-/domo** dos expostos demoraraõse no entrar da portaria [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 1r, L. 14-15.

**Oculo** – s. m. [do lat. *oculus*]. Orifício circular nas paredes para entrar luz ar (FIGUEIREDO, 1913, p. 1417).

Naõ podiamos ser indifferentes vendo faserem-se/umas prisões escuras apenas com um pequeno **oculo** [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 2r, L. 5-6.

**Provedor** – s. m. (de prover. v.) [do lat. *providere*]. Que examina bens, administrações, dirige e corrige o que não é conforme as respectivas leis, cujos direitos e ofícios constam em regimentos; dar providencia; dar ordens; é homem fidalgo de autoridade, idade e virtude que com doze irmãos preside a Mesa em todas as Juntas (SILVA, v. 2, 1789, p. 521; BLUTEAU, v. 6, 1728, p. 801).

[...] uma occasião em *que* havendo o **provedor** man-/dado nos dar uns vestidos com *que* devíamos ir a/Missa e a companhadas por elle a supposta [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 2v, L. 8-10.

**Ralo** – s. m. [do lat. *rallus*, diminutivo de *rarus*]. É um lugar de grade, uma janela, tapada com uma folha de metal, furada em muitas partes, por onde passa a voz (BLUTEAU, v. 7, 1728, p. 100).

Tendo nós na sala do commungatorio tres **ralos** *para/a* confissão ella pertendeo de fazer do lugar do comum- [...]. Fonte: *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, 23 de março de 1858, f<sup>o</sup> 2r, L. 21-22.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formada por uma irmandade leiga, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, atendia às necessidades da população indo desde a assistência a crianças órfãs, presos, enfermos, a outras formas de apoio para famílias carentes. Além de administrar instituições como o Hospício de São João de Deus e o Hospital da Santa Casa, hoje Hospital Santa Izabel, ocupou-se também de ações voltadas para o recolhimento de mulheres, como o Recolhimento do Santo Nome de Jesus.

Para analisar a *Carta denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus*, foi importante a realização da edição semidiplomática, que permitiu com poucas intervenções do editor, trazer à luz um documento que mostra determinação das mulheres e suas formas de resistência contra todo tipo de violência sofrida em um contexto tão adverso.

A edição do documento selecionado, possibilitou conhecer algumas das peculiaridades presentes na escrita do século XIX, como as características da grafia e o uso frequente de abreviaturas por letras sobrepostas. Os danos sofridos pelo suporte, como as rasgaduras e as manchas de tinta, foram as principais dificuldades na leitura e interpretação correta do texto.

Os estudos paleográficos e filológicos desenvolvidos possibilitaram conhecer um pouco mais sobre as práticas culturais e sociais vivenciadas pelas mulheres que eram enclausuradas em recolhimentos e conventos em Salvador, desde o período colonial em consequência de questões relacionadas à educação, ao casamento ou ao adultério.

Confirmando as palavras de Foucault (1987), que considera conventos e recolhimentos como verdadeiros cárceres, a edição do documento mostrou que no passado as práticas de disciplina, submissão e dominação masculina sobre o universo feminino eram bastante cruéis. Silenciadas, as mulheres não tinham voz, nem direitos. A violência era praticada pela família, no momento em que as excluía do convívio social e familiar, e também era registrada dentro do recolhimento quando as internas eram punidas fisicamente por ordem das irmãs de caridade e por funcionários da casa, ou, pelo risco de assédio sexual, como foi aludido na Carta editada quando as autoras relataram sobre um confessionário instalado num local isolado: “E destinou então um quarto mui deserto e distante de nossa habitação para irmos confessarnos com o padre lazarista” (CARTA, 1858, f. 2r e 2v). As privações vividas pelas recolhidas assemelhavam-se ao tratamento dado aos escravos, uma vez que descreveram na Carta a construção de um tronco feito supostamente para castigá-las, além de referir que eram obrigadas a dormir e tomar banhos juntas e num espaço aberto, sob o olhar atento dos vigilantes. Contudo, mesmo dominadas, exploradas e agredidas, as mulheres foram capazes de resistir às aviltantes regras impostas pela

administração do recolhimento e lutar pelos direitos à privacidade e a um tratamento mais humanitário.

A elaboração do glossário contribuiu para ampliar a compreensão sobre o contexto e os verbetes apresentados poderão favorecer a consulta por pesquisadores e estudiosos nessa área contribuindo para o entendimento mais facilitado da linguagem da época.

## REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais. *In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (org.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia.* Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 141-161.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “**O dote é uma moça educada**”: mulher, dote e instrução em São Luís na primeira República. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói. Rio de Janeiro, 2010. 320 f.

ALGRANTI, Leila Mezan. Conventos e recolhimentos em Portugal e na América Portuguesa: espaços de leitura e de escrita femininas (séculos XVII e XVIII). *In: ALGRANTI, L. M. **Livros de devoção, atos de censura:** ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821).* São Paulo: Hucitec. Fapesp, 2004. 303p.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas:** Mulheres da colônia (estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste: 1750-1822. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. 1992. 369 f.

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. Filologia: uma linha para a lexicologia tecer os seus pontos. *In: TEIXEIRA, M. da C. R. et al. **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos.*** Salvador: Quarteto, 2006. p. 227-240.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Noções gerais sobre o espaço urbano de Salvador. *In: ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, P. R. B. **Geografia de Salvador.*** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-25

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A contra-reforma e a moral católica. *In: **Pobres, honradas e virtuosas:** os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850).* 1. ed. Barcelos. Portugal: Companhia Editora do Minho, 2000. p. 17-42.

AUERBACH, Erich. A filologia e suas diferentes formas. *In: AUERBACH E. **Introdução aos estudos literários.*** Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 1972. p. 11-38.

AZEVEDO, Thales de. Os censos do século XVIII. *In: AZEVEDO, T. **Povoamento da Cidade do Salvador.*** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. p. 184-213.

AZZI, Riolando; REZENDE, Maria Valéria V. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. *In: AZZI, R. **A vida religiosa no Brasil:** enfoques históricos.* São Paulo. Ed. Paulinas, 1983. p. 24-60.

BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. *In: ALVES, I. M. (org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil.*** 2 ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001. p. 23-45.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer uma análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado. Imprensa Oficial, 2002. p. 45-90.

BERTO, João Paulo. Por um morrer conforme o texto: os Manuais de Bem Morrer portugueses na composição de liturgias da boa morte oitocentistas. *In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*. Natal. RN, **Anais**, 2013. p. 1-17.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008. 125 p.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. *In: Alfa*. São Paulo, v. 40, 1996. p. 27-46.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

BRANDÃO, Silmaria Souza. **No lar e no balcão**. As mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. 152 f.

BRUM, Bernardo do Canto. **Relatório** feito pelo Irmão Escrivão da Santa Casa da Misericórdia desta Cidade ao Irmão Provedor João Maurício Wanderley. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C, 1858. p. 4-21.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 114 p.

CAMBRAIA, César Nardelli. Crítica textual. *In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. de S.* (org.). **Ciências da linguagem**: o fazer científico? Campinas, SP: Mercado das Letras. 2012. p. 293-319.

CARTA denúncia das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, 23/03/1858.

CHARTIER Roger. Les arts de mourir, 1450-1600. *In: Annales*. Economies, sociétés, civilisations. 31<sup>e</sup> année, n. 1, 1976. p. 51-75. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/ahess\\_0395-2649\\_1976\\_num\\_31\\_1\\_293700](https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1976_num_31_1_293700). Acesso em: 12 nov. 2019.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias...** 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. p. 1013.

COSTA, Paulo Segundo da. **Ações sociais da Santa Casa da Misericórdia da Bahia**. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2001. 180 p.

DURANTI, Luciana. **Diplomática**: novos usos para uma antiga ciência. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, jan./jun, 2015. p. 196-215.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas. *In: Revista Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 10-11, 2009. p. 237-262.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2006. 222 p.

FERREIRA, Adínia Santana. **A reclusão feminina no Convento da Soledade**: as diversas faces de uma experiência (Salvador - século XVIII). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2006. 178 f.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Liv. Clássica Ed., 1913.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2008. 602 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 288 p.

GANDELMAN, Luciana Mendes. **Mulheres para um império**: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia: Salvador, Rio de Janeiro e Porto, século XVIII. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. São Paulo, 2005. 370 f.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. Trad.: Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 142-275.

GÓMEZ, Antonio Castilho; SÁEZ, Carlos. Paleografía versus Alfabetización. Reflexiones sobre Historia Social de la Cultura Escrita. Universidade de Alcalá. **Labor Histórico**, Rio de Janeiro, jan./jun, 2016. p. 164-187.

GOMES, Theodoro Teixeira. **Relatório** da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Rio de Janeiro: Typographia Z. Costa & C., 1911. 290 p.

GOODOLPHIM, J. Cipriano Costa. A Misericórdia de Lisboa. *In*: GOODOLPHIM, J. C. C. **As Misericórdias**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897. p. 15-20. Disponível em <http://purl.pt/6450>. Acesso em: 05 ago. 2019.

GUIMARAES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e Jurídicas. *In*: **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, ago. 2015. p. 256-266. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 10 dez. 2019.

HOMCI, Arthur Laércio. Direito previdenciário. *In*: **Jus Navigandi**. A evolução histórica da previdência social no Brasil. 2009. Teresina. PI. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/12493/a-evolucao-historica-da-previdencia-social-no-brasil>. Acesso em: 11 nov. 2019.

HIGOUNET, Charles. **História Concisa da Escrita**. Marcos Marcionílio (trad.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 187 p.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (Brasil). Previdência. *In*: Instituto Nacional do Seguro Social (Brasil). **Breve histórico**. Brasília. DF. 2017. Disponível em



<https://www.inss.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/breve-historico/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MARCOTÚLIO, Leonardo Lennerts *et al.* **Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval**. São Paulo: Parábola, 2018. 336 p.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. A Cidade de Salvador. *In: MATTOSO, K. M. de Q. Bahia, século XIX: uma província no Império*. Tradução Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 100-114.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia *et al.* Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. *In: Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, vol. II, tomo II. Primeiros estudos, 2001. p. 553-555.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio de Almeida. A escrita do século XVII. *In: MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. de A. (org.). Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. p. 114-126.

MORAES, Mello A. J. de. Chronica geral do Brazil. 1500-1600. *In: MORAES, M. A. J. de. Chronica geral do Brazil. 1500-1700*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1886. p. 1-188. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518683>. Acesso em: 05 out. 2019.

MOTA, Ana Cláudia de Ataíde Almeida. **Documentos avulsos do Convento da Lapa** (Salvador, Bahia, séculos XVIII e XIX): edição e estudo. Tese (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. 244 f.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Conhecendo o dicionário histórico do português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII: sua história e metodologia. *In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (org.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014. p. 273-290.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 353 p.

PEREIRA, Norma Suely da S. Os rituais da “boa morte” na Bahia colonial a partir da análise de testamentos. *In: HORA, D. da; PEDROSA, J. L.R.; LUCENA, R.M. (org.). ALFAL 50 anos: contribuições para os estudos linguísticos e filológicos. E-book*. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 1013-1042.

PEREIRA, Norma S. da S. Os rituais da “boa morte”: as práticas culturais e a construção do *ethos* em documentos coloniais trasladados no *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia. *In: ABBADE, C. M de S; SOBRAL, G. N. T.; TEIXEIRA, M da C. R. (org.). Entre a palavra, o discurso e o texto: caminhos filológicos*. Curitiba: Appris, 2016b. p. 103-124.

PINHO, José Ricardo Moreno. **Açambarcadores e famélicos** : fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 – 1878). Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2015. 197 f.

PRIORE, Mary Del. Ao sul do corpo. **Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990. 301 f.

PRIORE, Mary Del. Tempo de unir-se, tempo de família. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo, LeYa, 2016. p. 340-355.

REIS, João José. O cenário da Cemiterada. *In*: REIS, J J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 27-48.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. Universidade de São Paulo – USP. **Revista de História**, nº 135, 1996, p. 133-160.

REIS, João José. Quem manda em Salvador? Governo local e conflito social na greve de 1857 e no protesto de 1858 na Bahia. *In*: DUARTE M. D. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 429-448

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 231p.

SANTOS, Antônia da Silva. **Documentos relativos às religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa-BA**: edição semidiplomática. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. Salvador, 2004. 145 f.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. 541 p.

SILVA, Ivani Almeida Teles da. **Porta adentro: formação e vivências das Recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011. 227 f.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Vida conjugal. *In*: **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Ed. da USP, 1984. p. 157-207.

SOBRAL, Maria das Graças Telles. **Abreviaturas: uso e função dos manuscritos**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. 121 f.

SOUSA, Avanete Pereira. **Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SOUSA, Gabriel Soares de. Em que se declara o sitio da cidade de Salvador. *In*: **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879. p. 108-110. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242787>. Acesso em: 05 out. 2019.

SOUZA, Rose Mary Souza de; PEREIRA, Norma Suely da Silva. Práticas culturais na Bahia colonial: o recolhimento de mulheres adúlteras. *In: XXII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. Cadernos do CNLF*, v. XXII, n. 03. Tomo II. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2018. p. 697-708.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977. 71 p.

TAVARES, Luis Henrique Dias. A cidade do Salvador. *In: TAVARES, L. H. D. História da Bahia*. 11. ed. rev. ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. p. 120-130.

TELLES, Célia Marques. Variantes lexicais ou *lapsus calami*? *In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. dos; SOLEDADE, J. (org.). Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador. EDUFBA, 2015. p. 58-72.

TELLES, Célia Marques. A chamada lição conservadora na edição de textos. *In: ALMEIDA, A. A. D. et. al. Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 215-226.

TERMO de registro. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 25/06/1806.

TERMO de registro. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 26/03/1813.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Implantação da “cabeça da ponte” Capital colonial defensiva (1549-1650). *In: VASCONCELOS, P. A. Salvador: transformações e permanências*. 2. ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 29-75.

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra. Almedina, 1994.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas: critérios de elaboração. **Revista Eletrônica de Linguística**. v. 5, 2011. p. 107-119.

## REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Marquesa**. Mobiliário urbano. Brasília. DF. Iphan. 176 p.: il.; color., 26cm.

PREFEITURA DE SALVADOR. **Asilo da Mendicidade**. Disponível em <https://images.app.goo.gl/6b8oHUvtBVbv8o3Q6>. Acesso em: 17 nov. 2019.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. **Hospício São João de Deus**. A prática psiquiátrica na Bahia (1874-1947). Rio de Janeiro. 2001. 543 p.: il.; p&b.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA. **Asilo dos Expostos**. Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Salvador. 2019. Disponível em <http://www.ipatrimonio.org/salvador-asilo-dos-expostos/#!/map=38329&loc=-12.966921700720922,-38.43832969665527,13>. Acesso: em 17 nov. 2019.

SILVA, Pedro Gonçalves da. **Hospital Santa Izabel**. 1919. Disponível em [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1418253/icon1418253.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1418253/icon1418253.jpg). Acesso em: 17 nov. 2019.